



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – IH
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL – SER

Carolina dos Santos Sulpino

O arranjo familiar monoparental chefiado por mulheres: uma análise da realidade brasileira atual.

Brasília
Março/2016



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – IH
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL –SER

Carolina dos Santos Sulpino

O arranjo familiar monoparental chefiado por mulheres: uma análise da realidade brasileira atual

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Departamento de Serviço Social do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília como requisito para obtenção do grau de bacharel em Serviço Social. Orientadora: Isabela Ramos Ribeiro.

Brasília

Março/2016

CAROLINA DOS SANTOS SULPINO

O arranjo familiar monoparental chefiado por mulheres: uma análise da realidade brasileira atual

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Departamento de Serviço Social do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília como requisito para obtenção do grau de bacharel em Serviço Social. Orientadora: Isabela Ramos Ribeiro.

Brasília, 24 de março de 2016.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Ms. Isabela Ramos Ribeiro

Orientadora

Profa. Ms. Ana Carolina de Oliveira Pinho

Membro interno - SER/UnB

Assistente social Max Meirelles Gonzaga

Membro externo

Nota: SS

Dedico este trabalho à memória de minha mãe, M^a Assunção Sulpino Albuquerque, uma chefe de família monoparental que me ensinou a valorizar o estudo e o conhecimento, me incentivando em cada passo da minha trajetória acadêmica. Te carrego aonde eu for.

AGRADECIMENTOS

Agradeço inicialmente à Deus, sem cujo o dons que me tem permitido eu não teria realizado este trabalho.

Agradeço à minha mãe, a melhor chefe de família monoparental que poderia ter me criado educado, orientado e principalmente amado. Sem sua existência na minha vida nada do que já consegui realizar, inclusive o presente trabalho, teria se tornado realidade.

Agradeço ao meu pai e minha avó por terem me amado e me repassando valores e princípios que carregarei eternamente.

Agradeço à minha irmã, por desde cedo ter me encorajado e incentivado nos estudos, e principalmente no hábito da leitura. Obrigada por acreditar e potencializar as minhas capacidades, o seu incentivo foi fundamental a este trabalho.

Agradeço ao meu padrinho, por exercer a função paterna em minha vida, me repassar princípios e valores. Agradeço por sua sabedoria e por sempre compartilhá-la comigo, obrigada por acreditar em mim, e por sempre me ensinar novos conhecimentos.

Agradeço aos meus sobrinhos, por serem a dose de doçura em minha vida. Eu os amo.

Agradeço as minhas amigas de escola, Ariana, Laís e Amanda, por permanecerem comigo até hoje, por me apoiarem, incentivarem e me encherem de alegria.

Agradeço ao meu bonde, Ana Clara, Ana Beatriz, Bárbara, Flavia, Giovanna, Paloma e Suenny, vocês são únicas, obrigada por nunca me deixarem desistir, e por sempre estarem presentes, nos momentos bons e nos ruins.

Agradeço em especial à minha amiga Suenny, por tamanho zelo e preocupação comigo. Por ter me incentivado do início ao fim desse trabalho. Por ter chorado meu choro e sorrido minhas alegrias. Agradeço também à sua mãe, Luzia, por me acolher e ser essa chefe de família monoparental tão especial.

Agradeço ao SETPS Ceilândia, setor no qual fui imensamente realizada enquanto estagiária, onde cresci profissionalmente e como pessoa. Agradecimento especial a todos os estagiários que compartilharam essa experiência comigo, e à Luciana, Elaine e Janaina, por serem profissionais tão comprometidas. Serão eternas inspirações.

Agradeço ao meu supervisor Max, que diariamente me ensina a importância dos estudos, que me incentiva e me apoia. Você sempre será uma inspiração de pessoa e profissional.

Agradeço ao departamento de Serviço Social e a todos os docentes que me fizeram amar essa profissão, que eu nunca saberei expressar o quão gratificante e única ela é.

Por fim, e não menos especial, agradeço a você orientadora querida, Isabela, por ter me incentivado do início ao fim, por sua paciência, por seu tempo, por sua imensa inteligência, sem a qual eu não conseguiria ter realizado esse trabalho. Você é uma inspiração de como o estudo nos leva longe. Sou eternamente grata aos seus conselhos e sua orientação, e desejo seguir um caminho acadêmico de sucessos e realizações assim como o seu.

“[...] inscrever as mulheres na história implica necessariamente na redefinição e no alargamento das noções tradicionais do que é historicamente importante”

(Joan Scott, citando Buhle, Dye e Gordon)

RESUMO

O presente trabalho acadêmico, trata da ascensão notória no número de famílias monoparentais que tem como suas chefes a figura da mulher. A motivação pelo argumento é atribuída ao fato de que o tema família sempre perpassou por todas as temáticas na qual o serviço social, e mais especificamente a prática profissional estão inseridas. Foi necessário compreender as significações que a categoria gênero implica e assume enquanto uma esfera de análise crítica da sociedade atual, perpassar pela discussão de patriarcado e elucidar a importância do movimento feminista na abordagem dos papéis sociais da mulher. Para se abordar as questões específicas do estudo, fez-se necessária uma breve contextualização histórica de como o conceito de família foi alterado na história global. Por fim, deu-se a discussão específica e análise de dados que evidenciam que os arranjos familiares monoparentais são um número crescente na sociedade brasileira atual.

Palavras-chave: família monoparental, gênero, mulheres, movimento feminista.

ABSTRACT

This academic work, deals with the notorious rise in the number of single-parent families has as its chief figure of the woman. The motivation for the argument is attributed to the fact that the theme family always pervaded through all the themes in which social work, and more specifically the professional practice are embedded. It was necessary to understand the meanings that the gender category implies and assumes as a sphere of critical analysis of present society. Pervade the discussion of patriarchy and elucidate the importance of the feminist movement in addressing the social roles of women. To address the specific questions of the study, a brief historical context was needed on how the concept of family has changed in global history. Finally, there was a specific discussion and analysis of data that show that single-parent family arrangements are a growing number in the current Brazilian society.

Keywords: single parent family, gender, women, feminist movement.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Distribuição percentual dos arranjos familiares residentes em domicílios particulares, segundo o tipo de arranjo familiar – Brasil – 1996/2006. (Página 29.)

Gráfico 2 – Probabilidade de Vulnerabilidade das Famílias – Estimativas do Modelo. (Página 30.)

Gráfico 3 – Distribuição percentual das unidades domésticas em domicílios particulares, por situação do domicílio, segundo o tipo – Brasil – 2010. (Página 33)

Gráfico 4 – Distribuição percentual das unidades domésticas em domicílios particulares, segundo o tipo de unidade doméstica – Brasil – 2000/2010. (Página 34)

Gráfico 5 – Distribuição percentual das famílias únicas¹⁶ e conviventes¹⁷ principais em domicílios particulares, segundo o tipo de composição familiar – Brasil – 2000/2010. (Página 35)

Gráfico 6 – Distribuição percentual das famílias únicas e conviventes principais em domicílios particulares, por situação do domicílio, segundo o tipo de composição familiar – Brasil – 2010. (Página 36)

Gráfico 7 – Distribuição percentual das famílias conviventes principais em domicílios particulares, por situação do domicílio, segundo o tipo de composição familiar – Brasil – 2010. (Página 37)

Gráfico 8 – Distribuição percentual das famílias, por tipo, segundo as classes de rendimento nominal mensal familiar per capita – Brasil – 2010. (Página 38)

Gráfico 9 – Distribuição percentual das famílias únicas e conviventes principais formadas por casal com filhos e monoparentais com filhos, em domicílios particulares por grupos idade dos filhos – Brasil – 2010. (Página 39)

Gráfico 10 – Percentual de famílias únicas e conviventes principais em domicílios particulares, segundo o sexo da pessoa responsável pela família – Brasil – 2000/2010. (Página 40)

Gráfico 11 – Percentual de famílias únicas e conviventes principais em domicílios particulares com presença de cônjuge, segundo o sexo da pessoa responsável pela família – Brasil – 2000/2010. (Página 41)

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

DIVAS – Instituto em Defesa da Diversidade Afetivo-Sexual

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

IBDFAM – Instituto Brasileiro de Direito de Família

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MPDFT – Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

PDF 1 – Penitenciária dos Distrito Federal 1

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PROUNI – Programa Universidade para Todos

SEADE – Sistema Estadual de Análise de Dados

SISU – Sistema de Seleção Unificada

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO 1	5
1. A DISCUSSÃO SOBRE GÊNERO E MULHER FRENTE A SOCIEDADE. .	5
1.1 A categoria gênero, e a discussão de patriarcado.....	5
1.2 Por quê determinadas funções são atribuídas às mulheres?.....	13
CAPÍTULO 2	18
2. DISCUSSÃO SOBRE FAMÍLIA.	18
2.1 Breve histórico e arranjos familiares	18
CAPÍTULO 3	27
3. O ARRANJO FAMILIAR MONOPARENTAL CHEFIADO POR MULHERES.....	27
3.1 Família monoparental, como conceitua-la?	27
3.2 Características e dados que norteiam a família monoparental feminina no Brasil.....	32
CONSIDERAÇÕES FINAIS	42
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	45

INTRODUÇÃO

Buscando encerrar um ciclo de formação profissional qualificado, fortalecer a futura práxis enquanto profissional do Serviço Social e promover um discurso que trabalhe as relações de gênero e as implicações que elas tomam em todas as esferas da vida de uma futura usuária, além da compreensão da relevância e atualidade da temática, este trabalho de conclusão de curso, problematizou as concepções de família, a evolução e ressignificação da mulher frente à sociedade, e analisou como se configura a família monoparental feminina no Brasil.

Um histórico da organização familiar no decorrer dos séculos, dando enfoque as principais mudanças nos âmbito social e legal, a discussão de gênero, sexo e sexualidade e as configurações familiares atuais, dando o devido destaque a família monoparental brasileira, é o que foi retratado neste trabalho.

A organização familiar é vista como um dos eixos norteadores da sociedade, pois seu papel foge de ser unicamente desempenhado no âmbito da vida privada de cada indivíduo, passando a ser vital para o funcionamento da economia de um país, para a (re)distribuição de recursos entre os seus componentes, e também como um meio de solidariedade e cooperação entre os seus membros. Em diversas literaturas é possível encontrar que ainda é a família que é vista e tida como a primeira fonte de proteção e superação de conflitos, entendida também como formadora de identidade e responsável pelos primeiros vínculos sócio-afetivos que um ser humano contempla. (MIOTO, 1997)

Na atualidade ela apresenta-se como norteadora dos debates políticos, e consequentemente, público-alvo das políticas públicas, no que tange, principalmente, os programas de transferência de renda, que visam a erradicação e combate da pobreza e miséria. Porém desde muito tempo a família é vista como objeto de pesquisa de pesquisas demográficas, de sociólogos, antropólogos e historiadores, despertando a curiosidade no que tange as mudanças que se deram no seu interior, e para uma ampla forma organizacional que ela tem apresentado.

Dentre as diversas formas organizacionais, aqui foi destacada a família monoparental chefiada por mulheres, que mostrou-se como um número real em ascensão, porém permeado por diversas condicionalidades e subjetividades próprias, que foram apresentadas na redação deste trabalho. O feminismo e a década de 60 mostraram-se

como essenciais para as transformações ocorridas no seio familiar, e por conseguinte, para o advento¹ da família monoparental. Destaca Carloto (2011, p. 3):

O feminismo, a revolução sexual e outros movimentos libertários populares, nos anos 60, proporcionaram à família inúmeras transformações. As mulheres conquistaram espaço na sociedade e se tornaram co-provedoras da família. Com a efetivação da mulher no mercado de trabalho, surgiram as crises matrimoniais. Houve aumento significativo de separações, desquite e liberdade sexual. O divórcio promove a extinção da sociedade. Surge a família monoparental. Mães e pais solteiros passaram a reconstituir suas vidas. Surgem novas configurações familiares: as famílias monoparentais, constituídas por um dos genitores e os filhos, famílias reconstituídas, formadas por casais separados com filhos de relações anteriores, as famílias homossexuais, com um casal homossexual e filhos e, também, casais sem filhos.

No Brasil, tendo como base dados do IBGE dos anos 2000 e 2010, é apontado um crescimento da chefia monoparental feminina nas últimas décadas, revelando que aproximadamente uma em quatro famílias brasileiras é um arranjo monoparental feminino, mostrando a **relevância social** que essa configuração tem apresentado para a sociedade brasileira. Como supracitado a família em si, desperta o interesse de estudo de diversas áreas do conhecimento há muito, porém Segundo Leite (1997), a família monoparental feminina firmou-se como um fenômeno social e uma categoria específica de família nos últimos trinta anos, ganhando maior atenção nas pesquisas científicas. Frisa-se:

Sempre existiram viúvos e viúvas, mães solteiras e mulheres separadas ou abandonadas por seus maridos que assumem, por inteiro, o encargo de sua progenitora. Mas, o crescimento dos anos 60 nos países industrializados produziu um impacto sobre a configuração das famílias. Como a maioria dos casais desunidos tem filhos, os lares dirigidos por um só genitor sofreram um aumento considerável e uma intensa visibilidade. Os analistas sociais lhes atribuem, então, uma denominação inédita: famílias monoparentais. O neologismo é amplo e procura designar, ao mesmo tempo, novas formas de monoparentalidade oriundas de rupturas voluntárias de uniões, bem como formas antigas (e desaparecidas) decorrentes de falecimentos e deserções de cônjuges, como também os nascimentos extramatrimoniais. (LEITE, 1997, p. 724).

Nesse sentido, o presente trabalho se propôs a analisar a realidade brasileira atual do arranjo familiar monoparental feminino, considerando os dados obtidos no Censo Demográfico realizado no ano de 2010 pelo IBGE, e partiu da **hipótese** de que esses arranjos familiares monoparentais apresentam-se em ascensão no atual contexto cultural,

¹ A família monoparental não inicia-se na década de 60, tampouco surge com a consolidação do movimento feminista, o arranjo monoparental por mulheres, é datado desde o início da colonização do Brasil, porém à época, permanecia como uma configuração familiar obscura. (ÁLVARES, 2003)

político e social brasileiro e estão arraigadas as relações de gênero impostas as mulheres pela sociedade.

Este trabalho tem como **objetivo central** analisar as principais características que norteiam essa configuração familiar e associar aos papéis sociais da mulher, bem como a mulher é vista e colocada perante a sociedade. Para que esse objetivo se realize buscou-se, dentro da biblioteca eletrônica do IBGE os dados referentes ao Censo Demográfico de 2010, bem como outros dados de pesquisas relevantes na redação do trabalho, para que existisse elementos indicativos e quantitativos que subsidiassem a hipótese do desenvolvido neste trabalho. Todos os dados obtidos para a realização das análises são de domínio público, estando disponíveis no site eletrônico da biblioteca do IBGE.

A **motivação** pelo argumento é atribuída ao fato de que o tema família sempre perpassou, mesmo quando não era a atenção primária, por todas as disciplinas da graduação de Serviço Social, e conseqüentemente, nota-se a família como uma fonte na qual a práxis profissional banha-se cotidianamente. Tendo como experiência de estágio a Penitenciária do Distrito Federal I – PDF I e a Promotoria de Justiça da Ceilândia, setor de análise psicossocial, do MPDFT – Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, foi possível notar que a família é uma unidade de trabalho essencial, sendo necessário sempre repensá-la e ampliar seu conceito.

Enxergando na figura da mulher uma pessoa que está em constante busca por seu espaço, e seu reconhecimento em todos os espaços da vida pública e privada, o fato de existirem famílias monoparentais chefiadas por mulheres, e esse arranjo mostrar-se em evidência nas últimas décadas, tornou-se instigante e relevante estudar a temática proposta neste trabalho, na perspectiva de elaborar uma análise válida e eloquente para entender essa organização familiar na sociedade brasileira atual.

Entendendo que a **metodologia** é a ciência que estuda os métodos utilizados durante todo o processo de conhecimento, ela é entendida como o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade. (MINAYO, 2010) A metodologia busca descrever o caminho utilizado pelo pesquisador durante toda a sua pesquisa, desde o início na formulação de um problema, até o final com a comprovação da hipótese. A ciência busca capturar e analisar a realidade, e é o método que faz com que o pesquisador consiga atingir seus objetivos. (DEMO, 1985)

Considerando que o objeto de pesquisa deste trabalho compõe-se de dados já existentes, é possível evidenciar que a apresentação do dado, de forma matemática, não envolve grande complexidade, porém ao ser analisado há diversas variáveis necessárias de serem entendidas, para tornar claro quais pontos e o que é possível apreender da informação ali apresentada.

A partir dessa compreensão, os procedimentos e os caminhos metodológicos adotados, foram a revisão da literatura e a análise documental realizada a partir da análise dos dados obtidos no Censo Demográfico de 2000 e 2010 e distribuídos para conhecimento público pelo IBGE, como também os dados da PNAD.

A organização da redação deste trabalho contempla três capítulos que fazem a abordagem teórico-metodológica a partir da análise do objeto de estudo. Portanto o primeiro capítulo trata da discussão de gênero, contemplando a ampla significação que é dada a categoria, passando pelo que é socialmente imposto às mulheres e detendo-se na discussão de patriarcado e sua importância para o objeto do trabalho.

O capítulo seguinte traz a discussão de família, realizando um breve histórico das mudanças sofridas no decorrer dos séculos e da história global e brasileira. Seguindo, o último capítulo traz a conceituação de família monoparental e por fim analisa os dados que norteiam esse arranjo familiar no contexto brasileiro.

CAPÍTULO 1

1. A DISCUSSÃO SOBRE GÊNERO E MULHER FRENTE A SOCIEDADE.

1.1 A categoria gênero, e a discussão de patriarcado.

Para compreender a importância da discussão de gênero neste trabalho, é essencial compreender as significações que essa categoria assume enquanto uma categoria de análise crítica da sociedade atual. Dentre as diversas concepções pontuadas por autores diferentes, Carloto (2001, p. 207) destaca gênero como:

A produção de nossa existência tem bases biológicas que implicam a intervenção conjunta dos dois sexos, o macho e a fêmea. A produção social da existência, em todas as sociedades conhecidas, implica por sua vez, na intervenção conjunta dos dois gêneros, o masculino e o feminino. Cada um dos gêneros representa uma particular contribuição na produção e reprodução da existência. Para Izquierdo poderíamos nos referir aos gêneros como obras culturais, modelos de comportamento mutuamente excludentes cuja aplicação supõem o hiperdesenvolvimento de um número de potencialidades comuns aos humanos em detrimento de outras. Modelos que se impõem ditatorialmente às pessoas em função do seu sexo.

Entender o significado dessa categoria perpassa por compreender a diferenciação entre gênero, sexo e sexualidade, pois são termos que, partindo do senso comum², podem ser causadores de equívocos em sua interpretação. Sexo, de maneira simplista, pode ser conceituado como as particularidades biológicas – aparelhos reprodutores, hormônios e caracteres sexuais decorrentes do mesmo, intrínsecas aos seres humanos, que percorre por mulheres e homens. (BEARZOTI, 1994)

Já a sexualidade, é um tema controverso e dificultoso de ser conceituado, aqui será usada a conceituação a partir das análises freudianas, que amplia e ressignifica o termo, levando em conta características além das predileções e vida sexual inerente aos seres humanos, Freud ressalta ser uma característica vital para todos, e que surge ainda nos seres enquanto infantes. Portanto, tendo como eixo as análises de Freud, feitas pelo neuropediatra Paulo Bearzoti (1994, p.05), conceitua-se sexualidade da seguinte maneira:

Sexualidade é energia vital instintiva direcionada para o prazer, passível de variações quantitativas e qualitativas, vinculada à homeostase, à afetividade, às relações sociais, às fases do desenvolvimento da libido infantil, ao erotismo, à genitalidade, à relação sexual, à procriação e à sublimação.

² “[...] vasto conjunto de concepções geralmente aceitas como verdadeiras em determinado meio social recebe o nome de senso comum” (COTRIM, 2002, p.46).

O CFESS em parceria com o DIVAS, em seu projeto da Campanha pela Liberdade de Orientação e Expressão Sexual, intitulado Assistente Social na luta contra o preconceito: campanha pela livre orientação e expressão sexual, traz que a sexualidade avançou, em um contexto sócio-político-cultural das últimas décadas do século XX, principalmente pela existência de movimentos articulados, como é o movimento gay, lésbico e o feminista, pois as lutas desses movimentos trouxeram visibilidade e romperam com o que era concebido por sexualidade, já que tiraram do termo a sua associação com a dimensão unicamente biológica, trazendo à tona que a sexualidade vincula-se ao direito à livre orientação e expressão sexual.

Corroborando com o apresentado pelo CFESS, a revista semestral, O Social em Questão do Programa de Pós-graduação em Serviço Social, vinculado ao Centro de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro apresenta no seguinte trecho a revalidação do supracitado, ao afirmar que as dimensões da sexualidade se expandiram e a sociedade está repensando valores fundamentais. (2009, p. 10).

[...]Isso não quer dizer que, nos mais diferentes planos e contextos, nossa sociedade não esteja repensando alguns de seus valores fundamentais, operando pequenas —mas cruciais— transformações doutrinárias, legais, institucionais. O próprio significado do sexo ou da sexualidade parece oscilar, embora ainda apareça vinculado, ora à reprodução altruísta, ora ao hedonismo egoísta. Porém, sob pressão crescente de uma nova realidade, em que sujeitos não-heterossexuais forçam os portões da “cidade”, começa-se a colocar em foco dimensões da sexualidade antes não-valorizadas, como a sua capacidade de sedimentar vínculos sociais ou de enredar indivíduos em um mesmo destino comum.

Desta forma, tendo clara a diferença dos termos sexualidade e sexo, torna-se mais preciso entender gênero, um conceito presente na sociedade desde o momento da geração de um novo indivíduo, pois a mulher enquanto gestante constrói, em sociedade, papéis de gênero, ou seja, é algo cultural ao se fazer as adaptações ideológicas de cada período histórico. Desde tempos remotos há objetos, cores, profissões e modos de agir e pensar que são pré-determinados a mulheres e homens. A mulher quando grávida, em suma, ao pensar no enxoval da criança escolhe cores, desenhos e formatos “adequadamente aceitáveis” frente a sociedade.

Portanto, discutir gênero é atravessar todos os âmbitos da vida pública e privada dos seres humanos, podendo destacar a mídia, a escola, a família, a religião, o desenvolvimento econômico e diversos outros meios sociais, como determinantes para

concluir o que é esperado de cada ser humano, perante seu sexo, gênero, e também sua sexualidade. Pierre Bourdieu em sua obra intitulada *A Dominação Masculina* (1999, p. 156) destaca esse delinear dado a sociedade, pela própria sociedade, nas seguintes palavras:

[...] um corpo politizado, ou se preferimos, uma política incorporada. Os princípios fundamentais da visão androcêntrica do mundo são naturalizados sob a forma de posições e disposições elementares do corpo que são percebidas como expressões naturais de tendências naturais.

Abordar a questão de gênero, implica esclarecer o termo minuciosamente sob diferentes perspectivas que corroborem entre si, pois assim, a discussão é ampliada, tem constante ressignificação e passividade de contemplar, categoricamente, a riqueza de informações que o termo traz para contribuir com o entendimento da sociedade na qual estamos inseridas.

É notório que há autoras e autores distintos que abordam e explicam o significado da categoria, para tanto destaca-se Saffioti (1992) que vai além da compreensão dos corpos físicos entendendo que as construções de gênero são estabelecidas perante relações sociais e uma distribuição de responsabilidades sexistas, racistas e classistas. Suas ideias corroboram com Marx (1983, p. 24), sobrelevando-se:

[...] na produção social de sua existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; estas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real, sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e a qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. Não é a consciência dos homens o que determina a realidade; ao contrário, a realidade social é a que determina sua consciência.

Complementando, tem-se a discussão feita por Alves e Pitanguy (1985), ressaltando o aspecto cultural como fator edificante para a notória diferenciação entre homens e mulheres na sociedade, ressalta-se ainda a impetuosa defluência do papel da família nas ações cotidianas e de organização dos povos em seus tempos históricos.

A família torna-se, ao ser pensada como uma réplica reduzida da sociedade, o transmissor principal das representações sociais e culturais, conduzindo, por exemplo, desde a fase pueril, as meninas a desenvolverem atividades consideradas tipicamente femininas, como o brincar de boneca, presentear com panelas em miniatura, incentivar e

reproduzir frases como “menina não senta de pernas abertas”. Esse contexto familiar, torna-se então, apenas o que se encontra em macro na sociedade.

Evidencia-se o seguinte trecho onde Swain (2001, p.73) revalida Alves e Pitanguy:

A sociedade humana é histórica, muda conforme o padrão de desenvolvimento da produção, dos valores e normas sociais. Na medida em que ocorre a transformação, atinge as representações de gênero, que constituem os papéis de cada um em seu modelo de ser. É uma construção cultural que transcende os séculos, passando pelas representações transmitidas de geração em geração e que, constituída em “cultura”, define o lugar do homem e da mulher com âmbitos diferenciados e antagônicos. Mesmo com a grande transformação dos costumes e valores que vem ocorrendo nas últimas décadas, ainda perduram muitas discriminações, muitas vezes ocultas, relacionadas a gênero.

Nesse ponto, é possível ter o entendimento do significado da categoria gênero como uma conceituação subjetiva, e pertencente a diversos âmbitos da vida pública e privada dos seres humanos, entendendo assim que gênero não é inato, que é construído socialmente e para tanto denomina-se o termo identidade de gênero. (SWAIN, 2001)

Levando em consideração, que a sociedade atual designa dois papéis clássicos, reforçados pelo sexo, sendo eles o de mulher e o de homem, a identidade de gênero é a linha tênue, que permite, em tese, das pessoas enquadrarem-se com seus desejos, independente do que as particularidades biológicas reforcem. Jaqueline Gomes de Jesus (2012, p.14) em sua cartilha Orientações Sobre Identidade de Gênero: Conceitos e Termos, define identidade de gênero como sendo “o gênero com o qual uma pessoa se identifica, que pode ou não concordar com o gênero que lhe foi atribuído quando de seu nascimento. Diferente da sexualidade da pessoa.”

Por conseguinte, gênero e tudo que discorre dele, pode ser entendido como uma simbologia construída para auxiliar as diferentes percepções das heterogeneidades sexuais, utilizadas para a compreensão macro das relações sociais e, mais precisamente, as relações entre homens e mulheres (CARVALHO, 2011).

Temos, portanto, a aplicação analítica da categoria gênero: a possibilidade de esquadrihar as construções sobre os gêneros masculino e feminino, transformando “mulheres” e “homens” em questionamentos, destituindo, a qualidade previamente imposta, de serem categorias fixas. Por outra forma, Haraway (2004, p. 211) exemplifica a importância e aplicação analítica do conceito:

Gênero é um conceito desenvolvido para contestar a naturalização da diferença sexual em múltiplas arenas de luta. A teoria e a prática feminista em torno de

gênero buscam explicar e transformar sistemas históricos de diferença sexual nos quais “homens” e “mulheres” são socialmente constituídos e posicionados em relações de hierarquia e antagonismo.

Entender as funções que são demandadas as mulheres, passa por um processo de entendimento além do sistema produtivo e econômico, pois, o pilar que está norteando por trás de marginalização das mulheres está diretamente vinculado a estruturação familiar, estrutura social essa que reforça cotidianamente as funções tidas como naturalmente da mulher - a de trabalhadora doméstica e socializadora dos filhos.

Retornando na história, é possível evidenciar que na Grécia e Roma antiga a organização familiar girava em torno do poder que o pai, e também chefe de família, exercia sobre os outros membros, por essa razão esse modelo de família era conhecido como patriarcal³, termo derivado da autoridade paterna. Essa autoridade se dava de tal modo, que o pai podia controlar a vida e a morte dos membros familiares, advindo de uma época na qual a religiosidade e a vontade divina, eram responsáveis por nortear o modo de vida da sociedade, e a moral católica consagrava a família monogâmica. (ZIRBEL, 2007)

Atualmente, há uma diversa gama de maneiras como a família pode se organizar, partindo da família patriarcal⁴, que foi consagrada como a família nuclear – pai, mãe e filhos, até chegarmos nas famílias monoparentais, unipessoais, famílias recompostas, homo afetivas, etc. Mas nesse momento da redação, será dada atenção a organização familiar patriarcal, e como esse modo exerce dominação perante o papel social da mulher.

³O conceito de patriarcado, mais especificamente de família patriarcal, foi bastante utilizado pela sociologia brasileira após a publicação de Casa-Grande e Senzala: formação da família patriarcal brasileira (1933) e de Sobrados e Mucambos (1936), ambos do sociólogo Gilberto Freyre. O modelo de família patriarcal descrito por Freyre, abarca um extenso grupo de pessoas em torno da autoridade de um patriarca (chefe de família): a esposa, os filhos legítimos, parentes, afilhados, agregados, escravos, concubinas e filhos/as bastardos. O patriarca é entendido como o dono das riquezas, da terra, dos escravos e do mando político na época colonial. [...] A própria estrutura colonial reforçava o sistema patriarcal, uma vez que o governo português não conseguia se fazer representar em toda a colônia. O poder do patriarca implicava a organização social na ausência de um Estado forte e seu declínio se verificaria quando este Estado assumisse seus papéis. (Cf. Teruya, 2000, p. 3-4). O tipo de relação estabelecida entre o senhor e o escravo dentro da família patriarcal serviria de base para uma série de outras relações, constituindo o principal elemento sociológico da formação do povo brasileiro e modelo para a sociedade e as relações sociais e políticas. (ZIRBEL, 2007)

⁴ Importante retomar que ao se falar de um organização familiar patriarcal refere-se ao que foi consagrado como a família nuclear, a composta por genitor, genitora e filhos, onde o pai é o responsável pela mediação da família com a vida pública, pois o patriarcado como forma de dominação está presente nos outros arranjos familiares, independente da presença masculina, já que mostra-se como uma estrutura social dominante. (ZIRBEL, 2007)

Durante as décadas de 1960 e 1970 foi o feminismo radical que debruçou-se sob o sistema patriarcal, deixando ao feminismo socialista as questões de classe e do sistema capitalista. O feminismo radical era mais generalista, ao passo que enquadrava todas as mulheres dentro de um quadro de oprimidas, sem pautar distinção de classe e raça, por exemplo. (CISNE, 2013)

Para estas feministas o patriarcado era entendido como uma ferramenta que auxiliava no momento de oprimir as mulheres, ao ponto que ao “fazer uso” do patriarcado não existiam limites impostos para exercer a posição de opressor. Porém o feminismo socialista não deixou o estudo do patriarcado de lado, e tendo como principal base conceitual Marx, chegou a conclusões importantes no quis diz respeito a importância histórica que essa organização patriarcal desenvolveu na sociedade.

Tendo como pilar a tradição marxista, inteira-se que o surgimento da propriedade privada trouxe à subordinação feminina uma base estruturante, que coloca a propriedade privada como o estopim necessário para a luta de classes. É Engels (1979), que ilustra o fato de que antes do surgimento da propriedade privada, muitas sociedades possuíam uma organização matrilinear.

Posteriormente à propriedade privada, as formações sociais tornam-se predominantemente patriarcais, pautadas na superioridade masculina e no direito do homem sobre a mulher, descendentes, escravos e bens materiais ligados a produção. Se não existem dados históricos concretos com os quais se pode provar que é com a propriedade privada que ocorre origem da subordinação da mulher, não há dúvidas que, a partir dela, o patriarcado se torna uma grande determinação estrutural. (ZIRBEL, 2007)

E as principais características e impactos dessa determinação estrutural recaem sobre as mulheres, pois, o homem passa a exercer quase em absoluto o controle sobre o corpo e a vida das mulheres, desencadeando ciclos de dominação, apropriação, opressão e de exploração. O patriarcado garantia também que o homem tivesse controle sob a prole, pois assim ele poderia usar os filhos como mão-de-obra para continuar sendo o detentor da propriedade privada, independente do posicionamento das mulheres frente a quantidade de filhos.

O conceito de patriarcado, mais especificamente de família patriarcal, foi bastante utilizado pela sociologia brasileira após a publicação de Casa-Grande e Senzala: formação da família patriarcal brasileira (1933) e de Sobrados e Mucambos (1936), ambos do sociólogo Gilberto Freyre. O modelo de família patriarcal descrito por Freyre, abarca um extenso grupo de pessoas em torno da autoridade de um patriarca (chefe de família): a esposa, os filhos legítimos,

parentes, afilhados, agregados, escravos, concubinas e filhos/as bastardos. O patriarca é entendido como o dono das riquezas, da terra, dos escravos e do mando político na época colonial. O grupo sob sua autoridade seria multifuncional e concentrado em um espaço geográfico específico do qual fariam parte a casa-grande e a senzala, símbolo desse tipo de organização e para onde convergia toda a vida econômica, social e política da região. Sua área de influência englobaria a atuação da Igreja, do Estado e todas as outras instituições sociais e econômicas. A própria estrutura colonial reforçava o sistema patriarcal, uma vez que o governo português não conseguia se fazer representar em toda a colônia. (TERUYA, 2000, p. 3)

A família patriarcal, trouxe então a imposição da monogamia para controlar, em termos, a sexualidade da mulher e dos homens casados, em termos, pelo fato de, desde o princípio, as relações extraconjugais serem comumente aceitas ao se tratar de homens, cabendo a mulher seguir a monogamia sem objeções, para não ser má interpretada pela sociedade; esses fatos exemplificam a clara subordinação das mulheres ao sexo masculino que o sistema patriarcal trouxe. Saffioti (1984, p. 119) ao discorrer sobre a temática, ressaltou que:

O patriarcado não designa o poder do pai, mas o poder dos homens (ou do masculino), enquanto categoria social, atribuindo, dentre outras coisas, um valor maior às atividades masculinas em detrimento das femininas. É, pois, um sistema de política sexual no qual as mulheres são dominadas pelos homens em todos os âmbitos de suas vidas.

A origem do patriarcado, portanto, está radicalmente ligada a apropriação masculina sobre o corpo da mulher, ou seja, ele veio legitimar a possibilidade do homem poder “impor à mulher um grande número de gravidezes a fim de gerar mão-de-obra abundante em seu próprio benefício” (PRADO, 1985, p. 55). Nas palavras de Saffioti (2004, p. 58), esse novo sistema, tornou as mulheres “objetos de satisfação sexual dos homens, reprodutoras de herdeiros, de força de trabalho e novas reprodutoras”.

Então entender o significado e a importância do patriarcado, perpassa por analisar que é uma categoria abrangente, que vai além de uma chefia masculina na família, mas é uma relação que transcorre os âmbitos da vida pública e privada de todos os indivíduos que compõem a sociedade, recaindo de forma mais evidente e vigorosa sobre as mulheres. Destaca-se Zirbel (2007, p.121).

O patriarcado traz implícita a noção de relações hierarquizadas entre seres com poderes desiguais e oferece as ferramentas explicativas para as desigualdades e a dominação/opressão. “As diferenças sexuais presentes no ser macho ou fêmea são transformadas em subordinação histórica das mulheres” (Saffioti 2001, apud Richartz, 2005). A exploração se alia à opressão, criando um sistema que abrange os demais aspectos da vida, incidindo sobre as mulheres de forma diferenciada.

Portanto, o que foi discutido até o presente ponto leva ao pensamento e conclusão de que as discussões quanto gênero, funções atribuídas historicamente as mulheres e o sistema patriarcal, são problematizações enraizadas na estrutura econômica e na divisão do trabalho, como o trabalho doméstico remunerado *versus* o trabalho não remunerado, as diferenças salariais em relação ao sexo masculino, e o ponto crucial deste trabalho, a chefia de famílias monoparentais em condições precárias. Cabendo concluir que a atual luta em prol das mulheres vai além de valorização social, mas que agora cabe vencer a desigualdade, e estabelecer uma política de reconhecimento não por características semelhantes, mas sim um reconhecimento que seja pertinente a todos os outros nichos nos quais o sexo feminino é subordinado.

1.2 Por quê determinadas funções são atribuídas às mulheres?

Discutir gênero, de forma perspicaz, traz a percepção de androcentrismo⁵ e junto consigo indagações pertinentes ao tema, que também se aplicam a discussão da redação desse trabalho. Outro ponto evidenciado é que, ao discutir gênero, nota-se que mulheres e homens são moldados de forma pré-determinada, e para tanto percebe-se como existe a inferiorização e subalternização dos papéis e funções dados às mulheres. (CISNE, 2013)

Neste trabalho torna-se irreal e desinteressante discutir os papéis sociais da mulher sem abordar a importância do movimento feminista. Ressalta-se o século XX, como fundamental para que as mulheres passassem a posicionar-se em prol da defesa dos seus direitos. Tal posicionamento e articulação por seus direitos ficou conhecido, a nível mundial, como feminismo, movimento que tem em suas bases ideológicas a luta pelo direito a igualdade das mulheres face o restante da sociedade patriarcal.

O movimento, até firmar-se, passou por divisões internas e julgamentos, devido à dificuldade de acessar os valores morais fixos da sociedade, como também a dificuldade de aceitação por parte das mulheres que acatavam o papel de submissão imputado pela sociedade patriarcal⁶ (CISNE, 2013).

O movimento feminista, tem tamanho prestígio por estudiosos da temática, por ter sido, de certa forma, inovador, já que, majoritariamente os movimentos que existiam e lutavam por mudanças na estrutura societária, tinham como mediadores os homens, cabendo as mulheres as funções secundárias de esteio e respeito ao que era decidido pela liderança masculina.

Ao passo que, nos momentos que expunham as suas reivindicações, desejos e discordâncias, estavam submetendo-se a situações humilhantes e vexatórias. Portanto surge a indagação: como pode um homem, ser culturalmente superior na hierarquia patriarcal dominante, dar voz e compreender o que é vivenciado pelas mulheres? Ele não o pode. (CISNE, 2013)

É assim que inicia-se a percepção do quão difícil seria para as mulheres livrarem-se de atitudes culturais de baixa autoestima e insegurança, da facilidade com que os

⁵ Ao pormenorizar o termo Androcentrismo, chega-se ao conhecimento que o prefixo “andro” vem do grego e significa homem, ou aquilo relativo ao sexo masculino, e a junção dos sufixos “centro” e “ismo” sugere a ideia de uma visão de mundo voltada para o ponto de vista masculino

⁶ O próximo subitem deste capítulo abordará a temática do patriarcalismo.

homens conseguiam fazê-las duvidar de si mesmas, ou impedi-las de se perceberem tão politicamente capazes quanto eles. (ADELMAN, 2004)

É essa dificuldade de imposição frente a sociedade patriarcal e as predeterminações dadas pelo gênero, que evidenciarão a hierarquia desigual entre homens e mulheres, nas esferas produtivas e reprodutivas. A esfera produtiva vem a ser a que está vinculada com valores, riqueza, trabalho e ascensão social, esfera essa dominada pelos homens e tida, culturalmente, como apropriação legítima. Já a esfera da reprodução social liga-se a todo o universo necessário para que seja garantida a manutenção e reprodução da força de trabalho, ou seja, são os esforços necessários para que a esfera produtiva não precise ser interrompida. A reprodução social é vista como um espaço tipicamente feminino.

Ilze Zirbel (2007, p. 123), destaca o seguinte trecho para evidenciar a diferenciação das funções:

Procurava-se discutir a posição subalterna da mulher na sociedade. Os dados evidenciavam que as expectativas familiares e escolares referentes aos homens e às mulheres eram diferentes. As atribuições femininas eram consideradas inferiores e as funções atribuídas aos homens eram valorizadas, proporcionando-lhes mais prestígio. Além disso, as ideias relativas ao comportamento diferenciado para cada sexo eram repetidas à exaustão na família, na escola, nos meios de comunicação, etc., levando à crença da naturalização destes aspectos.

Essa divisão vai além de ser uma divisão social do trabalho, passa a ser uma divisão sexual⁷, e é ela o pilar da subalternização das funções tidas como historicamente femininas. O avançar da história e as contribuições que o movimento feminista agregou a luta das mulheres, permitiram transformações na sociedade, porém a divisão sexual do trabalho perdura até os dias atuais, já que tem em sua base estruturante dois pilares de difícil mutação, sendo eles o caráter hierárquico, que garante ao homem maior valorização de seu trabalho perante o realizado pelas mulheres, e a cisão entre o que é trabalho do homem e da mulher. (HIRATA E KEGOAT, 2007)

O trabalho feminino é simbolizado pelas constantes flutuações no mercado de trabalho, característica essa que reforça a dupla e ambígua jornada de trabalho, que associa as atividades produtivas com as funções reprodutivas, que as mulheres são

⁷ Embora a divisão sexual do trabalho tenha sido objeto de trabalhos precursores em diversos países, foi na França, no início dos anos 1970, sob o impulso do movimento feminista, que surgiu uma onda de trabalhos que rapidamente assentariam as bases teóricas desse conceito. (HIRATA E KEGOAT, 2007)

impostas socialmente a desempenhar. Quando inserida no mercado formal e/ou informal de trabalho passa constantemente por situações “avaliativas”, que considera características como idade, estado civil, escolaridade, número de filhos, ciclo de vida familiar, localização rural ou urbana, e são essas características, que tem por função perpetuar a flutuação do trabalho feminino. (VIANA, 2000)

Quanto a esta ambiguidade e a sua função primordial ao sistema societário em vigor, destaca Saffioti (1984, p. 22):

A ambiguidade está presente em toda a vida da mulher. Sua própria socialização faz-se de maneira extremamente ambígua, o que representa uma enorme desvantagem em relação ao homem. Os aparelhos ideológicos de Estado - meios de comunicação, igreja, sistema educacional e, sobretudo, a família - encarregam-se de fazer penetrar na consciência feminina esta ambiguidade tão útil ao sistema de produção capitalista.

Este conflito constante de interesses no campo das políticas sociais, portanto, é vital para que o sistema de produção capitalista continue agindo de forma incessante, fazendo com que sempre exista um lado em vantagem, ocasionalmente o que atende aos interesses do capital no que diz respeito ao aumento dos lucros e manutenção do poder na mão da elite.

Ao se expressarem os conflitos de classe, e as disputas por diferentes projetos societários, cria-se uma linha de frente, onde interesses antagônicos duelam, e as classes subalternas lutam para que seja erguida uma contra-hegemonia, e levando em consideração o conhecimento repassado por Gramsci nota-se que existem aparelhos privados de hegemonia que são fundamentais para que exista uma alteração na forma como a sociedade é percebida, ou até mesmo para que essa percepção não seja alterada, destaca-se a igreja, a escola e a mídia. (SIMIONATTO, COSTA, 2014)

Gramsci revela que é na sociedade civil⁸ que esses conflitos são claramente construídos, o que leva a concluir que as ideologias⁹ também são construídas nesse espaço, portanto um espaço de importante atuação e fundamental interesse das classes

⁸ Gramsci categoriza o Estado em duas sociedades, a política, que engloba os governantes e a sociedade civil, onde justamente é criada a arena para que os conflitos diversos entre as diferentes classes tenha existência. (SIMIONATTO, COSTA, 2014)

⁹ Gramsci revela que as ideologias são responsáveis por organizarem o que ele chama de massas humanas, além de assegurarem um espaço no qual os homens se movimentam e acabam por adquirirem consciência de suas posições, lutas, etc. (SIMIONATTO, COSTA, 2014)

subalternas e também do sistema de produção capitalista. (SIMIONATTO, COSTA, 2014)

Essas análises, até aqui apresentadas, mostram como o sistema de produção capitalista torna vã e subestimada a valoração social da mulher, já que constrói valores que levam em consideração caracteres físicos e biológicos- que retoma o aspecto discutido no primeiro subitem deste capítulo. Repassar a condição de frágil imposta as mulheres é essencial para sempre existir a hierarquia masculina e não extinguir ou tornar escasso o trabalho tipicamente “feminizado” como por exemplo o trabalho doméstico, sendo ele remunerado ou não. (VIANA, 2000)

Quanto ao aspecto do trabalho doméstico feminino Nildo Viana (2000, p. 227) diz que:

O chamado trabalho da “dona de casa” é tido como explorado¹⁰, pois não é remunerado e contribui com o processo de reprodução capitalista. [...] O trabalho familiar feminino não é “remunerado” em renda monetária, pois não se trata de uma relação mercantil, e sim uma divisão do trabalho sob a forma de cooperação. A mulher não recebe dinheiro pelo seu trabalho, mas usufrui dos meios de consumo com sua família. Não há, portanto relação de exploração neste caso. [...] No entanto, existe uma exploração externa, pois a classe capitalista explora o proletariado por meio da extração de mais-valor e ao mesmo tempo explora a família proletária ao utilizá-la como meio de reposição da força de trabalho.

De uma construção de identidade de gênero histórica que parte a as atribuições de paciência, fragilidade, insegurança, emoção e medo que são tipicamente atribuídas as mulheres, restando ao homem a capacidade de liderança, agressividade, força, resultando no papel submisso da mulher perante a vida público e privada, pois assim a sociedade define quem é dominado e quem domina. (SAFFIOTI, 1979)

Então, é possível o entendimento de que manter as funções e papéis sociais das mulheres é benéfico, vantajoso e estratégico para o capitalismo, que a luta do movimento feminista possibilitou avanços primordiais na mudança de algumas fixações basais da sociedade atual, porém, esse movimento também revela o quão difícil é movimentar e reestruturar aspectos culturais e históricos que ao decorrer dos tempos são reforçados. Nota-se como Saffioti (1979, p. 234) exemplifica de forma sucinta e clara a discussão trazida até agora, possibilitando encerrar, por hora, o pretendido com esse objeto:

[...] a formação econômico-social capitalista, estágio mais avançado das sociedades baseadas na propriedade privada dos meios de produção, se

¹⁰ Importante ressaltar que no sistema capitalista todo trabalho é explorado, existindo a diferença entre o valor de uso e o valor de troca, que normalmente é chamado de “mais-valia”. (TUMOLO, 2005)

configura como aquela que, por ter desnudado o fundamento econômico de si própria, necessita construir a mais ampla e bem elaborada capa sob a qual oculta as injustiças sociais. Assim, na defesa de valores real ou supostamente mais altos, como o equilíbrio das relações familiares, o bom andamento dos serviços domésticos, a preservação dos métodos tradicionais de socialização dos imaturos, o respeito ao princípio moral da distância entre os sexos, faz-se a mais completa e racional utilização de critérios irracionais, tais como a debilidade física, a instabilidade emocional e a pequena inteligência femininas, a fim de imprimir-se ao trabalho feminino o caráter de trabalho subsidiário e tornar a mulher elemento constitutivo por excelência do enorme contingente humano diretamente marginalizado das funções produtivas.

CAPÍTULO 2

2. DISCUSSÃO SOBRE FAMÍLIA.

2.1 Breve histórico e arranjos familiares

A família é uma das primeiras instituições que a maioria dos seres vivos racionais têm contato e aprende a conviver e lidar. Enquanto profissionais do Serviço Social, pensar e repensar o conceito de família é intrínseco aos processos de trabalho que a profissão¹¹ exige.

Para lidar com usuários e usuárias, necessariamente, implica lidar com vossas famílias, que existem, mas nem sempre são concebidas de forma equivalente ou entendidas da mesma maneira por cada indivíduo. Enquanto Assistentes Sociais é essencial a concepção de família ampliada.

O projeto ético político do Serviço Social é bem claro e explícito quanto aos seus compromissos, segundo Netto (1999, p.15):

[...]tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor ético central – a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolher entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. Consequentemente, o projeto profissional vincula-se a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem dominação e/ou exploração de classe, etnia e gênero.

Portanto, a própria profissão já garante um olhar ampliado sob os indivíduos e a sociedade como um todo, garantindo também que a concepção de família não seja única, permitindo repensa-la constantemente durante a atuação profissional.

O avanço dos séculos permitiu compreender e apreender a importância social que a família exerce enquanto base estratégica da sociedade, nesse sentido é essencial se debruçar sobre a evolução que a família passou ao decorrer dos anos, como também a ressignificação do papel social da mulher, dentro e fora do seio familiar.

Para Mioto (1997, p. 128):

¹¹O Assistente Social dispõe de um espaço de autonomia que pode ser ampliado ou não, conforme a capacidade de vislumbrar estratégias de mediação que substituam velhas fórmulas assistencialistas e/ou ações em conjunção com propostas que vão ao encontro de uma lógica excludente. É importante que exista uma capacitação permanente dos profissionais, à luz dos princípios do Código de Ética profissional, como forma de direcionamento do exercício profissional. O projeto ético-político, assume o compromisso expresso com a qualidade dos serviços prestados e a busca permanente de um projeto com conteúdo crítico e propositivo para o pensar o agir do Assistente Social, indo ao encontro da transformação social desejada pela categoria profissional e sinalizando para a construção de novos caminhos em busca de uma sociedade mais justa, com universalização dos direitos e realmente democrática. (BARROCO, 2004)

A família é uma instituição Social historicamente condicionada e dialeticamente articulada com a sociedade na qual está inserida. Isto pressupõe compreender as diferentes formas de famílias em diferentes espaços de tempo, em diferentes lugares, além de percebê-las como diferentes dentro de um mesmo espaço social e num mesmo espaço de tempo. Esta percepção leva a pensar as famílias sempre numa perspectiva de mudança, dentro da qual se descarta a ideia dos modelos cristalizados para se refletir as possibilidades em relação ao futuro.

A família atualmente é resultado de um processo histórico longo, e para que seja possível compreendê-la, faz-se necessário retroceder na história, chegando aos modelos e organizações mais antigos e assim entendendo a dinâmica das relações familiares.

Foi na Grécia e Roma antiga que o modelo patriarcal ganhou notória evidência, baseando-se na monogamia e na moral cristã, para compreender o estilo de vida de cada um como uma decorrência da vontade divina. Nessa época, além de dividir-se em patriarcal, havia também a divisão entre ser camponesa ou nobre, pois essa diferenciação impactava na organização dos laços familiares desenvolvidos. (ZIRBEL, 2007)

Na era cristã, o modelo patriarcal, então conhecido como *pater familias*, passa por mudanças, pois no Império Romano, houve uma proibição onde os pais já não podiam impor a pena de morte aos filhos, proibição essa que não tirava a autoridade paterna de ter mulher e filhos como propriedade, levando a ter ambos como coisas, indivíduos esvaziados do sentido de humanidade por força das leis e dos costumes então vigentes. (ZIRBEL, 2007)

As tribos germânicas, no século XII, invadiram o Império Romano, dando início a Idade Média, que novamente trouxe impactos na organização societária, e por conseguinte na organização familiar, que dava-se, quase em sua totalidade, em agricultores que mantinham uma estratificação social rígida e estática. (ZIRBEL, 2007)

O entendimento do chamado homem medieval, passa a ser voltado para a religiosidade, que tinha a família como uma oportunidade de ser reflexo da vontade divina, baseando-se na Sagrada Família¹², e era a Igreja Católica a que exercia monopólio e domínio perante a sociedade medieval. A família camponesa, era aquela composta por agricultores e tinha a prática da agricultura de subsistência como principal fornecedora de renda, os filhos trabalhavam juntamente com os pais na lavoura. Já a família dos nobres era a dos donos de terra e também detentores dos meios de produção, e tinham como

¹² Sagrada Família é a devoção à família de Jesus de Nazaré composta por Jesus, Maria e José.

prioridade preparar os filhos para a guerra, portanto era primazia nessas famílias a educação, respeito a hierarquia e obediência, como também ser leal aos superiores.

Nessa mesma época de ascensão da moral religiosa, há uma mudança na organização familiar, revolução social, no que se refere a até então sedimentada organização da sociedade em agricultores¹³, pois passa a existir uma nova divisão, a família burguesa, e a família trabalhadora. Exemplifica Germano (2011, p.111):

Como revolução social, surge uma nova classe: a burguesia que nasce nas cidades e promove o novo processo econômico (capitalismo), estabelecendo uma nova concepção de mundo (laica e racionalista) e novas relações de poder, opondo-se à aristocracia feudal e aliando-se à coroa para mais tarde romper também com seu modelo de Estado patrimonial e de exercício absoluto do poder e viabilizar o estado Liberal. No campo ideológico-cultural, inicia-se um processo de laicização, emancipando a mentalidade – sobretudo das classes altas – da visão religiosa do mundo e da vida, ligando-a a história e à realidade de suas transformações, o que vai conduzir a uma nova maneira de ver o mundo e uma nova forma de construção do conhecimento. Estas são algumas das características da modernidade, período que vai conhecer o seu apogeu e o início de sua crise a partir do século XIX. É neste século, que vamos assistir ao triunfo da burguesia industrial, a consolidação do capitalismo de mercado.

Nos séculos XIII, XIV e XV, período esse que marca o final de Idade Média e início da Moderna, mais especificamente na época do Renascimento, um novo olhar é dado as crianças da sociedade, pois passam a ser enxergadas como indivíduos que possuem valor e especificidades próprias. É Aries (1981, p.) que afirma o seguinte:

Na Idade Média esse sentimento não existia. Quando a criança não precisava mais do apoio constante da mãe ou da ama, ela ingressava na vida adulta, isto é, passava a conviver com os adultos em suas reuniões e festas. Essa infância muito curta fazia com que as crianças ao completarem cinco ou sete anos já ingressasse no mundo dos adultos sem absolutamente nenhuma transição. Ela era considerada um adulto em pequeno tamanho, pois executava as mesmas atividades dos mais velhos. Era como se a criança pequena não existisse. A infância, nesta época, era vista como um estado de transição para a vida adulta. O indivíduo só passava a existir quando podia se misturar e participar da vida adulta. Não se dispensava um tratamento especial para as crianças, o que tornava sua sobrevivência difícil. Segundo Molière, grande gênio do teatro, contemporâneo daquela época, a criança muito pequena, demasiado frágil

¹³ Essa organização da sociedade em agricultores, refere-se ao vigente modelo da época, a sociedade feudal, ou feudalismo. O antigo modelo feudal, ligado a um sistema econômico fechado (baseado na agricultura), cede lugar a uma nova economia de intercâmbio, baseada na mercadoria e no dinheiro. Nasce o sistema capitalista que, livre de princípios éticos, de justiça e solidariedade, caracteriza-se pelo cálculo econômico e pela exploração de todo recurso: natural, humano e técnico. (GERMANO, 2011)

ainda para se misturar à vida dos adultos, “não contava”, porque podia desaparecer. A morte de crianças era encarada com naturalidade, “perdi dois filhos pequenos, não sem tristeza, mais sem desespero”, afirmava Montaigne. Todas as crianças, a partir dos sete anos de idade, independente de sua condição social, eram colocadas em famílias estranhas para aprenderem os serviços domésticos. Os trabalhos domésticos não eram considerados degradantes e constituíam uma forma comum de educação tanto para os ricos como para os pobres. O primeiro sentimento que surge em relação à infância é a “paparicação”. Ele surge no meio familiar, na companhia das crianças pequenas. As pessoas não hesitam mais em admitir o prazer provocado pelas maneiras das crianças pequenas, o prazer que sentem em paparicá-las. Com o tempo esse hábito expandiu-se e não só mais entre os bem-nascidos mais, também, já junto ao povo ele pôde ser observado. A criança por sua ingenuidade, gentileza e graça, se torna uma fonte de distração e de relaxamento para os adultos

Avançando-se na história e detendo-se no século XVIII, foi possível presenciar a ascensão da família nuclear, sendo essa caracterizada por conter pai, mãe e filhos residindo sob o mesmo teto, e tendo a figura do homem como a responsável por assumir os custeios familiares e lidar com o mundo externo, na mulher via-se a responsável pelos afazeres domésticos e cuidados para com a prole.

No século XIX o capitalismo prospera, trazendo consigo uma nova organização societária, que conseqüentemente, implicava em vicissitudes culturais ao modo que a família nuclear se organizava, tendo o século XX como marcante para evidenciar tais mudanças; mas foi com o final da I Guerra Mundial que essas transformações ficaram evidentes, pois existiu claramente uma mudança e ressignificação de papéis, onde as mulheres europeias iniciam a sua luta por direitos e ingressam no mercado de trabalho, além de conquistar direitos sociais e políticos, sendo um dos mais marcantes, a possibilidade de votar.

É atenuante recobrar que ao se discutir a inserção das mulheres europeias – em suma caucasianas, no mercado de trabalho, deve-se abrir um parêntese à discussão no que tange as mulheres negras, pois os negros, abrangendo homens e mulheres, sempre estiveram inseridos no mundo do trabalho, seja na condição de escravo, seja ocupando cargos que os brancos desprezavam e não manifestavam interesse em ocupar. Ressalta-se o seguinte trecho:

Desde a abertura dos portos (1808), o sistema colonial entrara em desagregação dando lugar a uma variante do escravismo moderno que abrigava escravizados exercendo diferentes atividades que não se restringiam às lavouras. De onde se deduz que a escravidão urbana não é um fenômeno que

se contrapõe à escravidão rural, mas sim um desdobramento do escravismo colonial típico, isto é, do escravismo rural. “Trata-se de um desdobramento lógico e histórico” (Algranti, 1988). Serviços públicos de limpeza das ruas e serviços de libambos eram feitos por prisioneiros, geralmente ex-escravos ou libertos. As obras de reparos em estradas e conservação de edifícios também, e outras tantas atividades. “Estas tarefas, consideradas degradantes pela sociedade, ficavam basicamente a cargo dos presos do Calabouço que, acorrentados, percorriam as ruas levando água para os edifícios públicos” (Algranti, 1988). Eram os conhecidos libambos. Cantando suas cantigas africanas iam carregando lata d’água na cabeça. (GARCIA, 2007, p. 26)

Bell Hooks (1995) é uma autora que discorre da inserção dos negros em diversos âmbitos da vida pública, sendo um deles a academia, ou como a autora nomeia, o trabalho intelectual. Em sua obra, a autora relata que era esperado das mulheres negras que elas não manifestassem vontade de adentrar o meio intelectual, reforçando a ideia de que deveriam manter-se no labor. Esse fato evidencia, e corrobora com Garcia (2007), que as mulheres negras há muito desenvolvem relações de trabalho. Traz-se o seguinte trecho de Bell Hooks, (1995, p. 466) “o trabalho intelectual e uma parte necessária da luta pela libertação fundamental para os esforços de todas as pessoas oprimidas e/ou exploradas que passariam de objeto a sujeito que descolonizariam e libertariam suas mentes”

No Brasil, o estopim dessas transformações ocorre na década de 60, década essa em que o país passa por inúmeros fatos marcantes, que vão desde o crescimento econômico até o enfrentamento de uma ditadura militar. O modo de família nuclear iniciado no século XVIII teve grande aderência no Brasil, passando a ser o vigente entre as famílias brasileiras, porém a nova forma de organização da sociedade trouxe uma alteração no papel social da mulher, ela agora passa a ter cargos remunerados e inicia-se então um novo arranjo familiar, onde essa mulher passa a ser também a provedora financeira do lar. (MIOTO, 2004)

As transformações da década de 1960 realmente reconfiguram a organização societária, perpassando por todos os âmbitos da vida pública e privada. Com isso, a família deixou de ser uma “unidade de produção” e passou, a se constituir uma “unidade de consumo”

Para Netto (1996, p. 23):

O fenômeno, enquanto tal, nada tem de enigmático: as transformações societárias, reconfigurando as necessidades sociais dadas e criando novas[...],

ao metamorfosear a produção e a reprodução da sociedade, atingem diretamente a divisão sociotécnica do trabalho, envolvendo modificações em todos os seus níveis (parâmetros de conhecimento, modalidades de formação e de práticas, sistema institucional-organizacionais etc.).

As relações matrimoniais também sofrem os reflexos de tal alteração, passando o casamento não ter mais a mesma valoração social de décadas passadas, e conseqüentemente a filiação passa a ter um novo significado, decorrentemente os novos arranjos familiares começam a se tornar mais amplos, por mais que quantitativamente possam vir a se tornar mais estritos.

As relações dentro do núcleo familiar tornam-se mais frágeis, o divórcio torna-se mais corriqueiro, novas uniões matrimoniais, agregação de filhos de relações extraconjugais, além do advento de métodos contraceptivos, são agora categorias que moldarão a forma como as famílias passam a se organizar, motivado por fatores externos como a instabilidade econômica e o desemprego estrutural¹⁴. (SAFFIOTI, 1979)

A instabilidade econômica iniciada em meados dos anos 60, resultou em uma década conturbada para a história do Brasil, pois nesse período era alimentado o ideal que o Brasil logo viria a se tornar uma potência global, ideal reforçado pela inauguração de Brasília em 1961, porém Brasília veio acompanhada pelo exorbitante crescimento da inflação, que perdurou pelas décadas seguintes. Acrescido da economia em situação de caos, outros agravantes no cunho social e político ocorreram, pois o então presidente Jânio Quadros renunciou, deixando vacância para que seu sucessor João Goulart assumisse, porém João Goulart não era um político benquisto por diversos segmentos da sociedade, incluso os militares. (LAMPREIA, 1995)

A oposição ao governo de João Goulart foi massiva, permitindo condições para que ele fosse deposto no ano de 1964, e assim abrindo caminho para que os militares assumissem o poder do país, rompendo com a ordem democrática constitucional, colocando em vigor um Estado autoritário, que ficou conhecido como Ditadura Militar. Foi um período de recessão da economia brasileira, que perdurou até meados de 1968,

¹⁴ O desemprego onde o trabalhador é facilmente substituído por máquinas ou processos produtivos mais avançados e rápidos, onde o que antes era feito por vários trabalhadores agora necessita apenas de um operador de máquinas, reduzindo, significativamente, a quantidade de empregos.

quando teve início o chamado Milagre Brasileiro, onde o PIB crescia com taxas acima de 10%. (LAMPREIA, 1995)

A nível mundial a década de 60 foi uma década de instabilidades – econômica, social e política, pois os países buscavam reerguer-se das consequências da Segunda Guerra Mundial. Destaca-se o ocorrido no ano de 1968 na França, conhecido a nível mundial como “Maio de 68”. O movimento teve início com manifestações e reivindicações dos estudantes das universidades francesas (convocados pela União Nacional de Estudantes da França) pois esses universitários desejavam livre expressão para debater assuntos políticos na universidade, como também melhoria e reformas no setor educacional. (THIOLLENT, 1998)

O movimento tomou grandes proporções, tornando-se uma greve de trabalhadores com números impressionantes, pois estima-se que cerca de 9 milhões de pessoas tenham aderido as manifestações (THIOLLENT, 1998). Revelando e reafirmando o supracitado, de que a década de 60, em nível global foi oscilante em diversos aspectos, ressaltando-se o político e econômico.

Sendo a instabilidade econômica um dos fatores para desestruturar a família nuclear, a mulher passa a criar os filhos sozinha, inicia uma dupla jornada de trabalho, onde divide-se com a maternidade e afazeres domésticos e com a vida profissional, a médio prazo essas mudanças implicam em número de filhos cada vez menor, e significativa queda da taxa de fertilidade na área urbana.

Berquó (1989, p.13) explicita esse fenômeno da seguinte maneira:

A desagregação dos laços matrimoniais parece caracterizar atualmente amplos setores tanto dos países industrializados como dos subdesenvolvidos e dos em desenvolvimento. Estudos realizados em alguns países da América Latina apontam mudanças significativas no sistema de reprodução humana detectáveis pela crescente queda da fecundidade, pelo aumento do número de divórcios, de uniões consensuais e de famílias monoparentais.

É notável, como o entendimento e as organizações familiares e da mulher passam por mutações ao decorrer dos anos, onde o fator consanguíneo não é mais determinante,

e as relações afetivas e de afinidade passam a ter sua representação validada, e junto dessas mutações vem também a atualização e adaptação do respaldo legal por trás das concepções de família.

A Constituição Federal de 1988 é um grande marco legal para a atualização do entendimento de famílias, pois dispõe do Capítulo VII do Título VIII com o enfoque apenas na família, criança, adolescentes e idosos, afirmando em seu Art. 226 que a família enquanto base da sociedade tem direito a proteção especial garantida pelo Estado.

Consigo a Constituição Federal trouxe inovações no que dispunha sobre o casamento, divórcios, filhos frutos de relações extraconjugais, como também direitos e garantias para as crianças e adolescentes.

Sobre os casamentos, dispôs inicialmente, que as uniões estáveis podem e devem ser consideradas como um arranjo familiar, e quando manifestado interesse poderá a vir se tornar um casamento civil. No que tange os direitos e deveres homens e mulheres passam a ser entendidos de maneira igualitária.

No que diz respeito aos divórcios, o prazo para que ele possa ser requerido diminui, e se os cônjuges venham a se divorciar judicialmente, o mesmo só será concedido após um ano ou dois anos em que se comprove a separação das partes. Quanto aos filhos frutos de relações extraconjugais ou os adotados legalmente, são lhes garantidos os mesmos direitos e qualificações que aos filhos frutos do relacionamento do casal, ficando proibido que sofram discriminações relativas a filiação.

No Código Civil de 1916 tinha-se ênfase na entidade familiar que tinha sua origem a partir do casamento civil ou religioso, criando-se um conceito de família legítima, ou seja, aquela resultante da união de um homem e uma mulher em matrimônio, cabendo o termo concubinato as famílias tidas como ilegítimas, ou seja, as que não tinham nenhuma oficialização litigiosa ou religiosa. Nesse mesmo Código Civil, em seu artigo 330, dispõe-se que os parentes, começam a ser aceitos e entendidos como membros da família, tornando-se membros de direito.

No vigente Código Civil, do ano de 2002, algumas modificações no que tange os direitos e deveres da unidade familiar são modificados, tornando os direitos mais claros e passíveis de compreensão. Em seu artigo 1.511 é assegurado que há igualdade entre os cônjuges, e no 1.513 é declarado a não-interferência de pessoas não jurídicas de direito público na comunhão de vida instituída pelo matrimônio.

Traz avanços que compactuam com a atual conjuntura social¹⁵, declarando que os direitos e deveres conjugais devem ser exercidos de igual forma tanto pelas mulheres como pelos homens, além de assegurar o planejamento familiar como de livre decisão do casal, deixando ao Estado a obrigatoriedade de prover recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito, vedando, em seu art. 226, §§ 1º a 7º, a coerção por parte de instituições oficiais e privados de imposição ao planejamento familiar.

Compreendendo a importância do debate traçado, é notório que a família, legal e socialmente, constitui uma instância básica e fundamental, que tem sentido, significação e identidade social desenvolvida e mantida ao evoluir da humanidade, sendo uma das principais responsáveis por transmitir valores, apresentando pluralidade de relações interpessoais e diversidades culturais, que devem ser reconhecidas e respeitadas, em uma rede de vínculos comunitários, segundo o grupo social em que está inserida.

¹⁵ Compactuando com essa atual conjuntura social, há duas leis que agregam tamanha importância no que tange a proteção (física, psicológica e patrimonial) das mulheres. Lei nº 11.340/2006, popularmente conhecida como Lei Maria da Penha, em referência a Maria da Penha Maia Fernandes, bioquímica que sofreu violência doméstica por 23 anos, perpetradas por seu então cônjuge. A lei Maria da Penha é reconhecida pela ONU como uma das três melhores legislações do mundo no enfrentamento à violência contra as mulheres. (BRASIL, 2015). A segunda lei que garante à amplificação dessa proteção é a Lei nº 13.104, Lei do Feminicídio, que se junta à lei Maria da Penha e às políticas criadas para prevenir e punir atentados, agressões e maus-tratos, em uma demonstração do empoderamento das mulheres.

CAPÍTULO 3

3. O ARRANJO FAMILIAR MONOPARENTAL CHEFIADO POR MULHERES

3.1 Família monoparental, como conceitua-la?

A história e o seu decurso, permitem vivenciar que a realidade de determinado país, e do globo, de forma geral, não é estática, e é por essa razão que se torna possível presenciar, na atual conjuntura brasileira, a ascensão de novas organizações familiares, entre elas a família monoparental, portanto é possível afirmar que as formas de organização da família são produzidas conforme o momento histórico na qual estão inseridas. (LEITE, 1997)

A saber que a família não é um fenômeno compreendido e interpretado de forma equivalente por todos, não é nato que exista dentro dela divisões de papéis, tampouco é nato as maneiras como as relações conjugais e de parentesco se definem. Essa organização é trazida pelos humanos, portanto é social, histórica e passível de mudanças, pois como supracitado, ela se define e se transforma conforme a estrutura social apresentada. É uma instituição que decorre da organização da sociedade. A divisão interna dos papéis pode ser a expressão de importantes relações de dominação e submissão, à medida que configura uma distribuição de privilégios, direitos e deveres dentro do grupo familiar. (BRUSCHINI, 1990).

Neste trabalho é essencial entender os elementos que giram em torno da chefia monoparental feminina, e Carvalho (1998) traz elementos para elucidar essas discussões. Para a autora, o conceito de chefia familiar tem suas origens nas leis que regiam a família em sociedades antigas, e por isso costumava ser usado para representar um único membro da família, normalmente o homem mais velho, caracterizando assim, que esse homem detinha poder em relação aos demais membros do domicílio.

A autora em referência chama a atenção também, para o fato de que a denominação chefia familiar é em si reveladora, “pois é empregada tão-somente quando o homem adulto não está presente, como se a família chefiada por mulheres fosse uma anomalia, pois não se faz discriminação da terminologia por gênero quando a situação é inversa”. A autora completa comentando que a tradição nos recenseamentos, nos programas governamentais, e nas práticas sociais quotidianas, tem imposto um padrão de autoridade e de responsabilidade econômica familiar que nem sempre corresponde à realidade ou é reconhecida pela própria família.

De modo geral, chefia familiar é em si um conceito tendencioso, que traz implícito um sistema patriarcal de governância e a noção de ausência de conflitos internos quanto à alocação de recursos entre o membro do domicílio. (CARVALHO, 1998, p. 77)

Vitale (2002) é outra autora que discorre a respeito da temática das famílias monoparentais, permitindo o acesso a informações que possibilitam entender como se dá a formação e a conceituação da mesma. Em sua abordagem, é possível compreender que as famílias monoparentais são de difícil conceituação, pelo fato de não serem estáticas e se mostrarem como um arranjo familiar em formação e crescimento, e para tanto é preciso apreender que não é um grupo homogêneo, pois perpassa por peculiaridades “*sui generis*”¹⁶, mas sim um arranjo familiar que permite quebrar com categorias pré-estabelecidas da concepção familiar. Porém surge a indagação, como conceituar esse grupo familiar?

Vitale (2002) afirma que é Nadine Lefaucher, na França, que traz a essência para entender o que é uma família monoparental, ela apresenta como sendo núcleos familiares, ou unidades domésticas, compostas por pessoas que vivem sem cônjuge com um ou diversos filhos que sejam menores de 25 anos e solteiros civilmente. Neste trabalho será considerado esse conceito para caracterizar as famílias monoparentais, considerando que a pessoa que vive sem cônjuge é do sexo feminino, portanto um arranjo familiar monoparental chefiado por mulher.

No Brasil esse arranjo familiar chefiado por mulheres torna-se notório a partir da década de 70, pois é nesse período que esse grupo desperta o interesse das pesquisas sociológicas, já que sua base constrói-se, em suma, devido ao rompimento de relações conjugais, caracterizando a não participação masculina no provimento financeiro e tampouco na criação dos filhos, no que tange o âmbito sócio-educacional. Como elucidam as autoras Barroso e Bruschini (1981, p. 40)

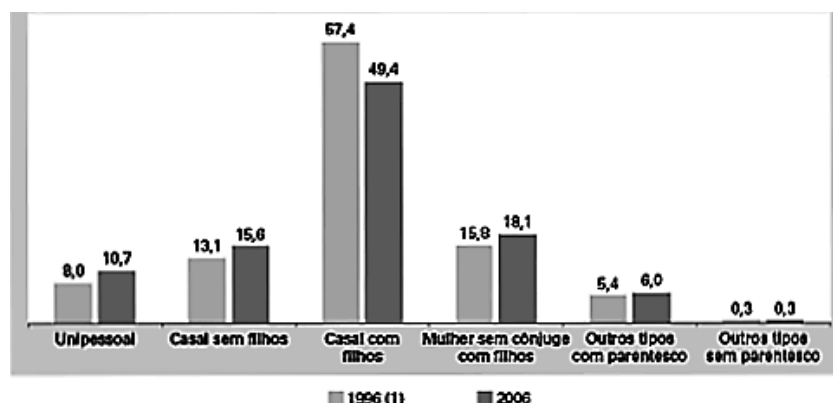
No Brasil é a partir dos anos 70 que as mulheres chefes de família passam a ter visibilidade e conquistam um lugar entre as pesquisas sociológicas; além disso, é só no Censo Demográfico de 1980 que a categoria chefe passou a designar a pessoa (homem ou mulher) responsável pelo domicílio ou pela família.

¹⁶ O termo *sui generis* deriva do latim e significa que algo é próprio do seu gênero, único em sua categoria e/ou gênero.

As últimas pesquisas realizadas no intuito de traçar o perfil demográfico do Brasil, revelam um crescente aumento na presença feminina como a encarregada do núcleo familiar, os Censos¹⁷ realizados no país são uma clara expressão da ascendência quantitativa desses dados

Segundo os resultados levantados pelo IBGE, em 2006 apenas 49,4% dos domicílios eram constituídos por famílias nucleares, casal com filhos, sendo que em 1996 esta proporção era de 57,4%. Mostrando a tendência do crescimento exponencial apresentada pela configuração “mulher sem cônjuge e com filhos”, conforme gráfico 1.

Gráfico 1 – Distribuição percentual dos arranjos familiares residentes em domicílios particulares, segundo o tipo de arranjo familiar – Brasil – 1996/2006.



Fonte: IBGE, PNAD 1996/2006.

° Exclui a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

As famílias monoparentais femininas apresentam um contexto de maior vulnerabilidade social ao serem comparadas com famílias pobres que apresentam um chefe masculino, e o fato pode ser atribuído às exigências e dificuldade de inserção da mulher no mercado de trabalho (VITALE, 2002).

Esse fato revela que a monoparentalidade feminina ultrapassa a associação com o sexo e gênero, estando também estritamente vinculada à pobreza e precariedade. O Censo Demográfico 2000 desvelou que a média dos proventos de uma família chefiada por um

¹⁷ Censo é o conjunto de dados estatísticos que informa diferentes características dos habitantes de uma cidade, um estado ou uma nação. A palavra tem origem no latim “census” que significa estimativa. No Brasil o Censo é realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE a cada 10 anos. O último foi realizado no ano de 2010.

homem era de R\$827,00 (oitocentos e vinte e sete reais) enquanto das mulheres era de R\$591,00 (quinhentos e noventa e um reais), mas as 5,5 milhões de mulheres chefes de família monoparental obtinham rendimento que não ultrapassava o valor de R\$276,00 (duzentos e setenta e seis reais). Esse mesmo Censo 2000 revela que há determinantes geográficos que alteram esses condicionantes, pois dentro do Brasil existem situações e manifestações específicas em cada região, influenciando no grau de vulnerabilidade e em sua incidência (CARVALHO, 1998).

Outro importante condicionante é revelado nos bancos de dados das pesquisas que analisam o perfil da monoparentalidade feminina, a cor da pele. Segundo dados da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – SEADE em sua pesquisa sobre Condições de Vida para a Região Metropolitana de São Paulo (1994), as famílias monoparentais com chefia na figura das mulheres negras, representa a parcela com condições de oferecer cuidados básicos aos filhos mais escassa e prejudicada.

Vitale (2002) elucida que a conexão entre monoparentalidade feminina e a pobreza, constrói estigmas que caracterizam as mulheres como inferiores no que diz respeito as capacidades de cuidar e administrar vossas famílias sem a presença masculina, porém também cria o sentido de que ao sozinhas se responsabilizarem pela família, elas ganham independência e autonomia, mas essa relação intrínseca e que foi sedimentada, de associar a família monoparental feminina com a pobreza, e confirmada com os dados das pesquisas, contribui para que elas continuem sendo adjetivadas como vulneráveis ou em potencial econômico em risco. Conforme gráfico 2.

Gráfico 2 – Probabilidade de Vulnerabilidade das Famílias – Estimativas do Modelo

Probabilidade de Vulnerabilidade das Famílias – Estimativas do Modelo				
	Fam1	Fam2	Fam3	Fam4
Chefe homem, casal com filhos, cônjuge desocupado	31,74%	8,32%	6,92%	1,41%
Chefe mulher sem cônjuge, com filhos	37,45%	1,06%	8,79%	1,82%

Fonte: PNAD/ IBGE, 2003.

Quando a mulher assume a responsabilidade econômica de provimento para o lar, além das questões dificultosas já evidenciadas no capítulo 2 deste trabalho, ocorrem notórias alterações no que diz respeito ao âmbito das relações de autoridade estabelecidas entre mãe e filhos, pois é socialmente mais difícil para a mulher exercer autoridade e

definir-se como tal, devido ao sistema patriarcal enraizado nas relações sociais construídas nos âmbitos da vida pública e privada. (SARTI, 2007).

Portanto, é possível identificar que a família monoparental como um todo, independentemente de ser a feminina ou a masculina, é um arranjo em formação e em tendência a se tornar cada vez mais corriqueiro e sedimentado na sociedade global, e não diferentemente, na sociedade brasileira. “A última década do século XX manifesta, com intensidade, a tendência que, certamente, dominará as próximas gerações, a saber, a monoparentalidade.” (LEITE, 1997, p. 29).

Considerando os temas já abordados neste trabalho, no que tange sexo, gênero, sexualidade, o conceito de família e as relações patriarcais, o próximo tópico deste capítulo abordará características que tem cercado as chefias monoparentais femininas e possibilitam o entendimento desse fenômeno.

3.2 Características e dados que norteiam a família monoparental feminina no Brasil.

As pesquisas mostram-se persistentes em retratar as dificuldades que a instabilidade conjugal, e conseqüentemente, as mudanças na estrutura familiar têm provocado nos setores mais empobrecidos da população, destacando que é crescente o número de mulheres que passam a acumular sozinhas as funções de provedoras financeiras e de responsáveis pela esfera da reprodução. (LAVINAS, 1998).

Para Butto (1998) esse crescente número de mulheres apresenta-se ainda maior nos setores mais pobres da população, por estar vinculado a questões de gênero e classe, pois, segundo o autor, os domicílios que são chefiados por mulheres apresentam uma renda inferior, não pelo fato de que possa existir mais crianças ou menos adultos, mas sim porque a partir do momento que a provedora e chefe do lar é uma mulher, ela ganhará salários inferiores ao dos homens.

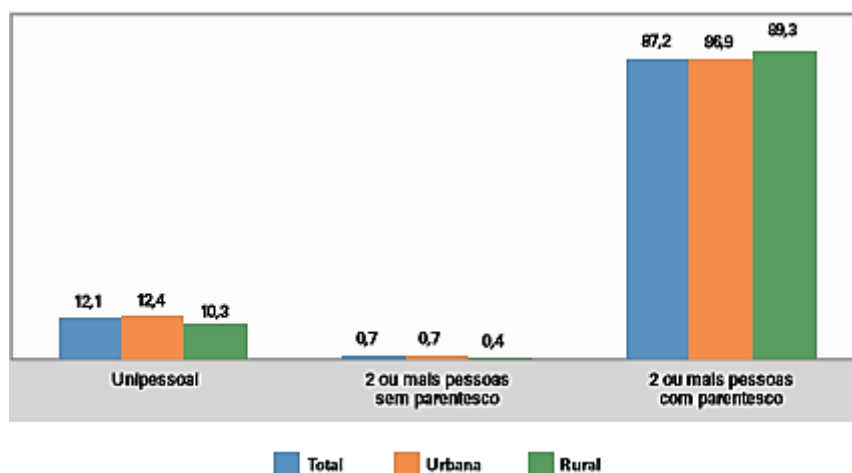
Dados da PNAD do ano de 1990, apontaram que metade das mulheres inseridas no mercado de trabalho estavam no setor informal, e em suma não são garantidos os seus direitos previdenciários. A pesquisa também revela que grande parte dessas mulheres exercia jornada de trabalho em tempo parcial, dado que reforça o caráter de dupla jornada de trabalho, pois é revelado que 82,2% dessas mulheres da amostra exercem também atividades domiciliares e domésticas. Lavinas (1996) afirma que essa dupla jornada de trabalho que cerceia as mulheres, demonstra o quão restritas são as possibilidades de crescimento profissional, pois é preciso manobrar e compatibilizar os limites de tempo, espaço e as atividades domésticas, afirma ainda que, ao se tratar dos lares da população mais empobrecida e sem infraestrutura básica, esses limites ganham maior significado e importância.

Neste ponto, tendo como norteadores os dados do Censo Demográfico realizado no ano de 2010, que analisou o perfil das famílias e domicílios brasileiros, serão retratados aqui os principais atributos apontados por esse Censo, no que tange a monoparentalidade feminina no Brasil. O Censo 2010 considerou duas áreas para análise das unidades domésticas¹⁸, a urbana e a rural, conforme gráfico 3.

¹⁸ A unidade doméstica é o nome que se dá ao conjunto de pessoas que vivem em um domicílio particular, cuja constituição se baseia em arranjos feitos pela pessoa, individualmente ou em grupos, para garantir alimentação e outros bens essenciais para sua existência. O termo foi adotado pelo IBGE no Censo Demográfico 2010, até o Censo Demográfico 2000 aplicava-se a denominação domicílio tanto à estrutura física da moradia, quanto às pessoas que nela habitavam.

Gráfico 3 – Distribuição percentual das unidades domésticas em domicílios particulares, por situação do domicílio, segundo o tipo – Brasil – 2010.

%



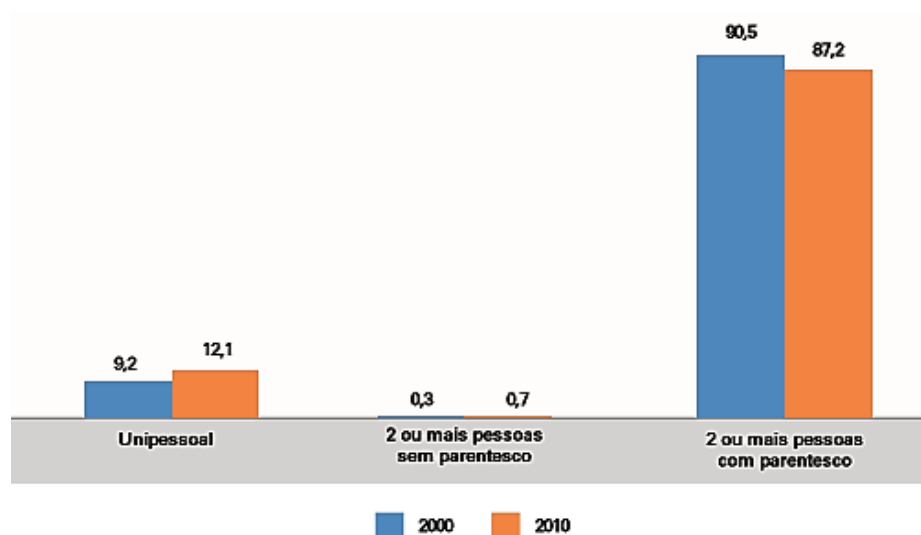
Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Esse dado revela como as unidades domésticas que apresentam grau de parentesco ainda são predominantes na configuração da sociedade brasileira, configuração que corrobora com o crescente aumento das famílias monoparentais, pois essas se apresentam como duas ou mais pessoas com grau de parentesco. Interessante observar que na área urbana (86,9%) essa quantidade mostra-se alguns por centos menor que a área rural (89,3%), devido ao constante aumento das unidades domésticas unipessoais, pois esse aumento decorre, em suma, da migração¹⁹ da área rural para a área urbana. (CENSO DEMOGRÁFICO, 2010) O gráfico 4, ilustra claramente esse crescimento da família unipessoal em detrimento da queda no número de famílias com duas ou mais pessoas com parentesco, reforçando o supracitado argumento.

¹⁹ O crescimento do acesso de jovens adultos as universidades brasileiras, por meio de programas como o PROUNI, SISU e a expansão do ENEM, contribuíram para o crescimento das unidades domésticas unipessoais, pois uma gama de jovens adultos mudou-se da área rural para a urbana para o ingresso no ensino superior, sendo esses jovens que configuram, majoritariamente, as unidades domésticas unipessoais do território brasileiro. (PNAD, 2014)

Gráfico 4 – Distribuição percentual das unidades domésticas em domicílios particulares, segundo o tipo de unidade doméstica – Brasil – 2000/2010

%

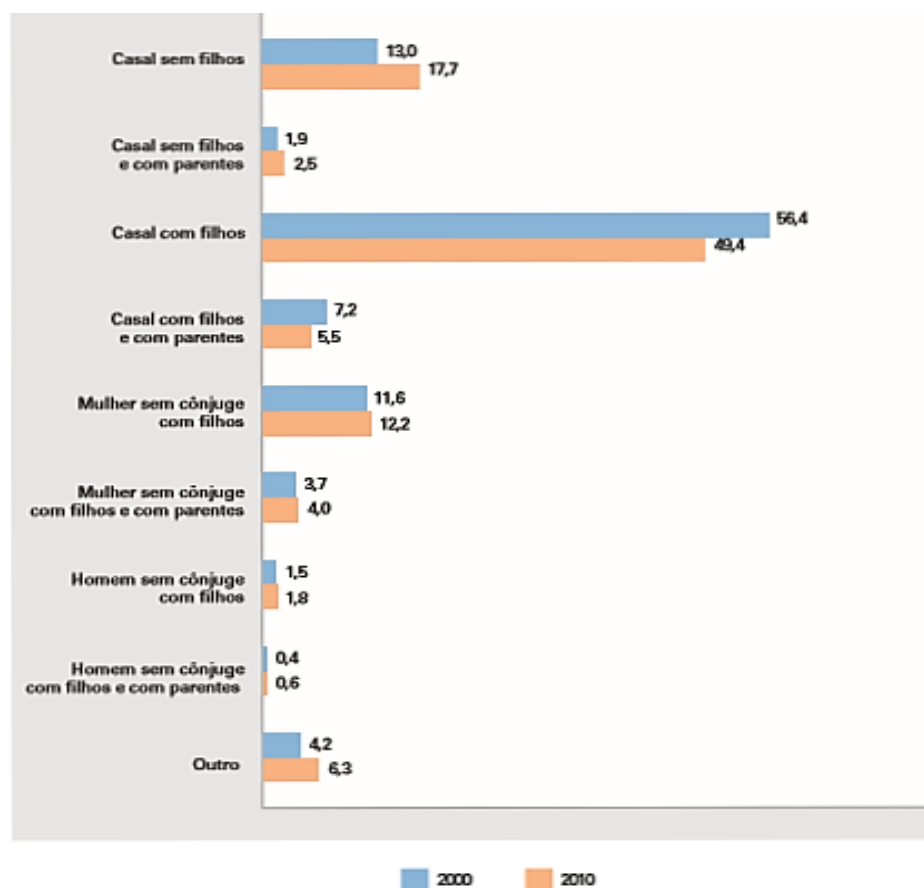


Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Um dado fundamental para esse trabalho é ver o crescimento e/ou diminuição dos dados percentuais das composições familiares analisadas. O Censo Demográfico 2010 considera oito tipos de organização das unidades domésticas, conforme gráfico 5.

Gráfico 5 – Distribuição percentual das famílias únicas²⁰ e conviventes²¹ principais em domicílios particulares, segundo o tipo de composição familiar – Brasil – 2000/2010.

%



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

O gráfico 5 revela que ainda predomina no Brasil, o que ficou conhecido como família nuclear (MIOTO, 1997), porém ao atentar-se aos tipos “Mulher sem cônjuge com filhos” e “Mulher sem cônjuge com filhos e com parentes” nota-se que apresentam crescimento no período de um Censo Demográfico para outro.

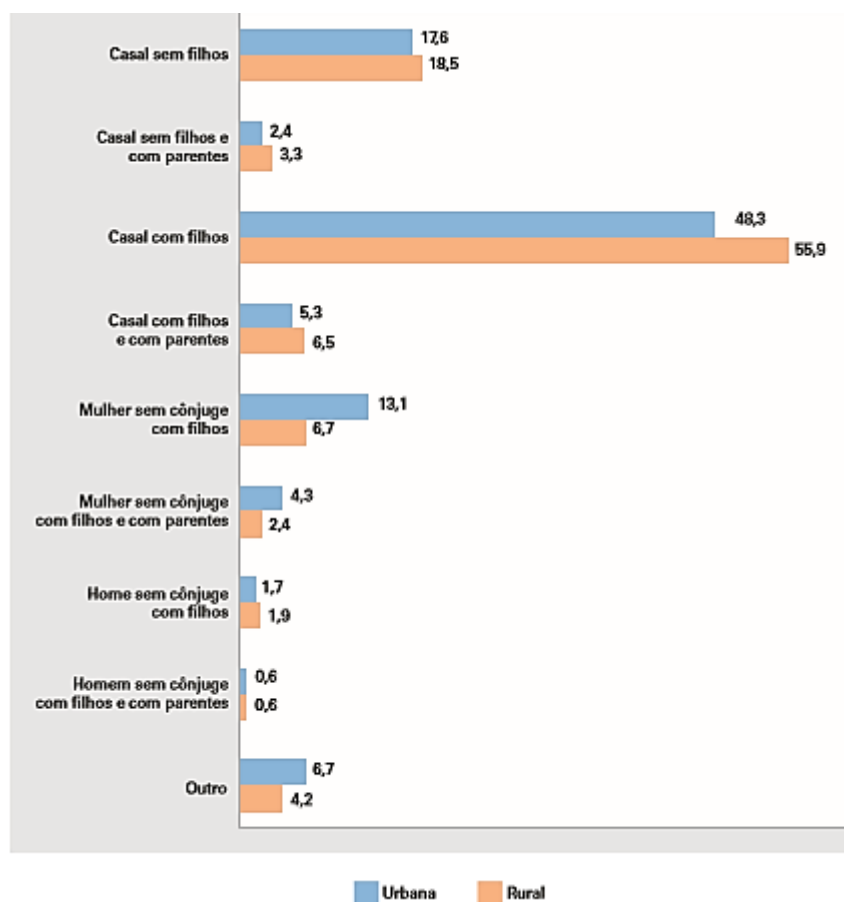
²⁰ Considerou-se como família única o núcleo familiar da pessoa responsável pela unidade doméstica (que é também a pessoa responsável pelo domicílio) com apenas uma família. (IBGE, Censo Demográfico 2010).

²¹ Foram considerados como famílias conviventes os núcleos familiares em uma mesma unidade doméstica. A família da pessoa responsável pela unidade doméstica (que é também a pessoa responsável pelo domicílio) foi definida como a família convivente principal. As demais conviventes foram constituídas por: casal (duas pessoas que viviam em união conjugal); casal com filho(s); ou mulher sem cônjuge e com filho(s), sendo denominadas famílias segundas, terceiras etc. (IBGE, Censo Demográfico 2010).

O gráfico 6 desvela que, essas mesmas categorias familiares, quando analisado seu percentual na área urbana e na área rural, apresentam diferenças importantes de serem constatadas.

Gráfico 6 – Distribuição percentual das famílias únicas e conviventes principais em domicílios particulares, por situação do domicílio, segundo o tipo de composição familiar – Brasil – 2010.

%



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

As categorias “Mulher sem cônjuge com filhos” e “Mulher sem cônjuge com filhos e com parentes” mostram-se expressivamente maiores na área urbana, e há fatores que permitem entender esse fenômeno, pois as mudanças na estrutura da família, como já elucidado nesse trabalho, levaram a maior participação das mulheres no mercado de trabalho nas áreas urbanas e conseqüentemente houve uma queda nas taxas de fecundidade, que em parte é atribuído a dupla jornada de trabalho dessas mulheres, porém

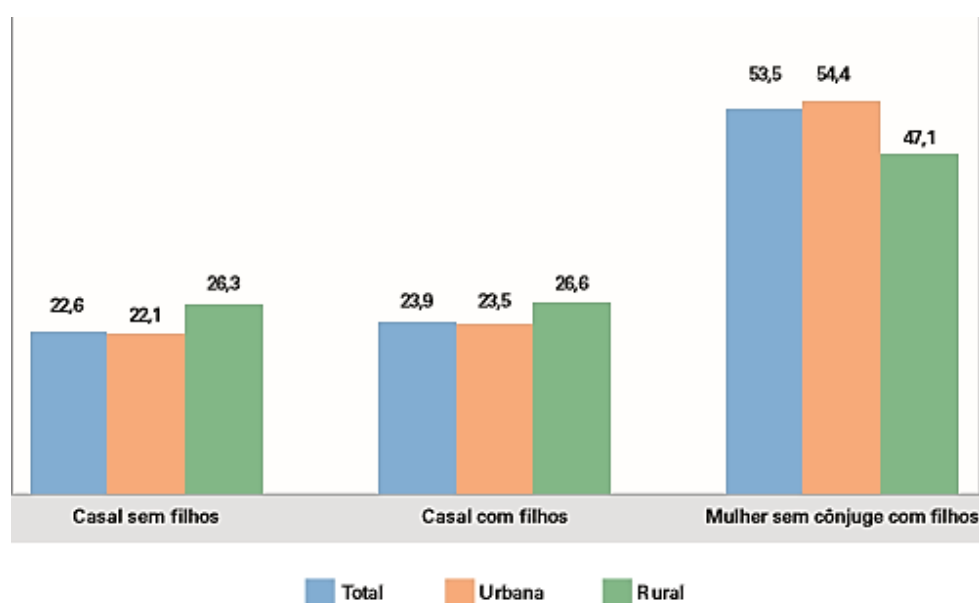
há um outro importante fator, o envelhecimento da população. Para Barroso e Bruschini (1981, p. 40)

É preciso não esquecer que as mulheres chefes de família costumam ser também ‘mães-de-família’: acumulam uma dupla responsabilidade, ao assumir o cuidado da casa e das crianças juntamente com o sustento material de seus dependentes. Essa dupla jornada de trabalho geralmente vem acompanhada de uma dupla carga de culpa por suas insuficiências tanto no cuidado das crianças quanto na sua manutenção econômica. É verdade que essas insuficiências existem também em outras famílias, e igualmente é verdade que ambas têm suas raízes nas condições geradas pela sociedade. Porém, esses fatores sociais são ocultados pela ideologia que coloca a culpa na vítima, e o problema se torna mais agudo quando as duas vítimas são encarnadas por uma só pessoa.

Ao comparar-se a categoria “Mulher sem cônjuge e com filhos” com as categorias “Casal sem filhos” e “Casal com filhos”, que são as três categorias responsáveis por formar, o que o Censo Demográfico 2010 denominou de famílias conviventes, é notório que as famílias monoparentais chefiadas por mulheres são significativamente mais expressivas, quantitativamente. Em concordância com o gráfico 7.

Gráfico 7 – Distribuição percentual das famílias conviventes principais em domicílios particulares, por situação do domicílio, segundo o tipo de composição familiar – Brasil – 2010

%



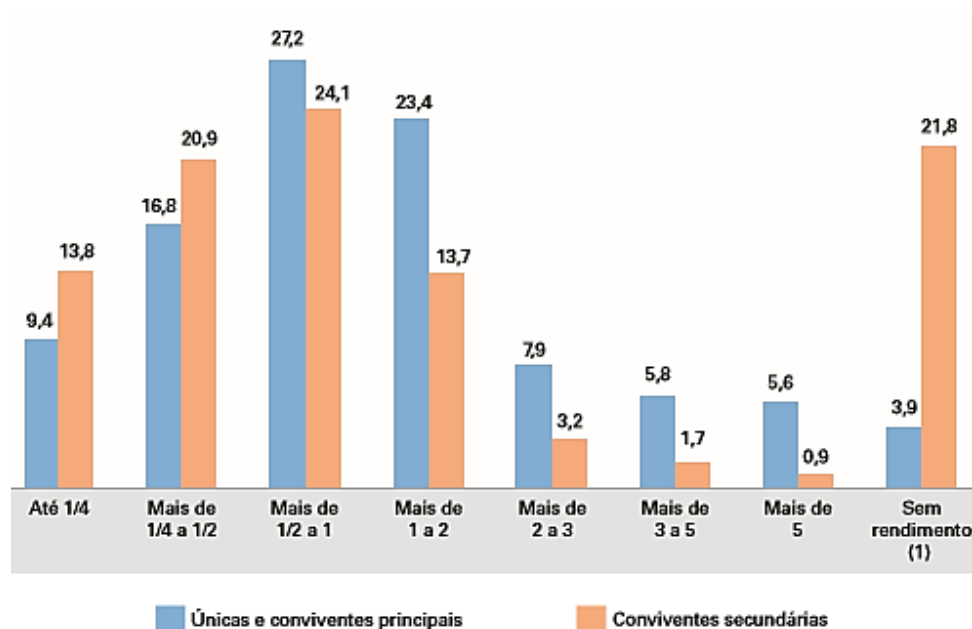
Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Portanto, o tipo mais usual entre as famílias conviventes é justamente o formado pelas famílias monoparentais femininas, fato que reforça, com base nos argumentos e informações elucidadas, o apresentado até este estágio da presente produção acadêmica. Ressalta-se que novamente, na categoria “Mulher sem cônjuge com filhos” a área urbana mostrou-se quantitativamente elevada, o esclarecimento corrobora com a análise do gráfico 6.

Uma importante categoria de análise para entender o perfil desse arranjo familiar na sociedade brasileira é o nível de rendimento nominal mensal familiar *per capita* das famílias. Esses dados permitem confirmar as condições precárias e vulneráveis nas quais inúmeras parcelas da população estão inseridas, mas é crucial observar o nível de rendimento das famílias conviventes secundárias, pois dentro desta configuração se encontra a família monoparental feminina (VITALE, 2002). Conste-se gráfico 8.

Gráfico 8 – Distribuição percentual das famílias, por tipo, segundo as classes de rendimento nominal mensal familiar per capita – Brasil – 2010

%



Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010.

(1) Inclusive as famílias que receberam somente em benefícios.

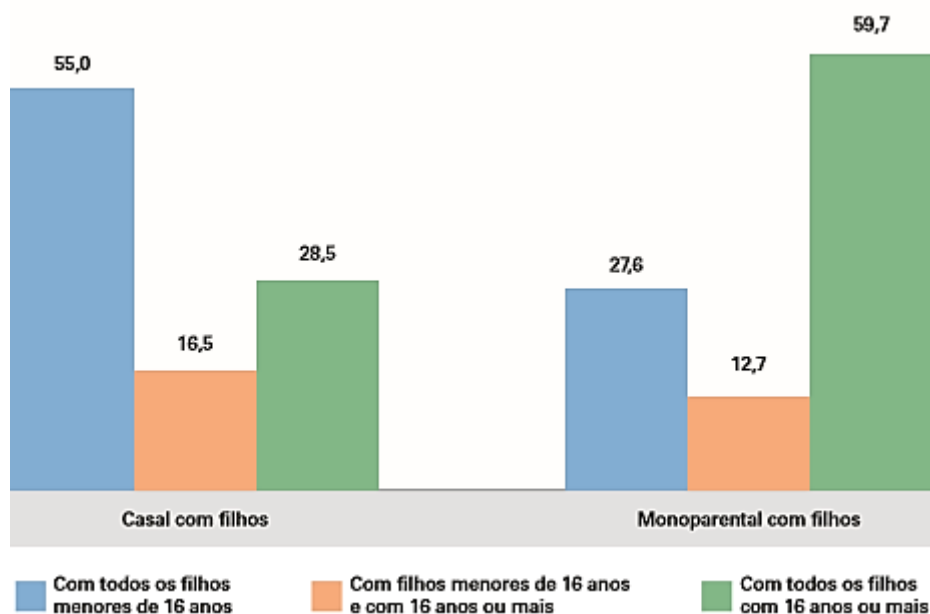
Atenção especial deve ser dada ao percentual “Sem rendimento” apresentado no gráfico 8, pois, dentro desse quantitativo vê-se um alto percentual no que diz respeito às

famílias conviventes secundárias, como supracitado, essa categoria inclui as famílias monoparentais femininas, cabe-se ressaltar, novamente, que esse dado reforça a característica de associar a monoparentalidade feminina com vulnerabilidade e pobreza (VITALE,2002). Reforça Sanches (2001, p. 153): “Ao lado da menor remuneração das mulheres no trabalho, essas taxas mais elevadas compõem também o quadro da renda familiar sempre inferior encontrada nesses lares, quando comparado aos lares chefiados por homens”

Considerando que as famílias passam por diversas fases, e essas fases costumam guiar-se e adaptar-se à faixa etária dos filhos, é um dado importante de ser analisado o grupo de idades dos filhos das famílias brasileiras, com destaque as chefiadas por mulheres. Atina-se ao gráfico 9.

Gráfico 9 – Distribuição percentual das famílias únicas e conviventes principais formadas por casal com filhos e monoparentais com filhos, em domicílios particulares por grupos idade dos filhos – Brasil – 2010.

%



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

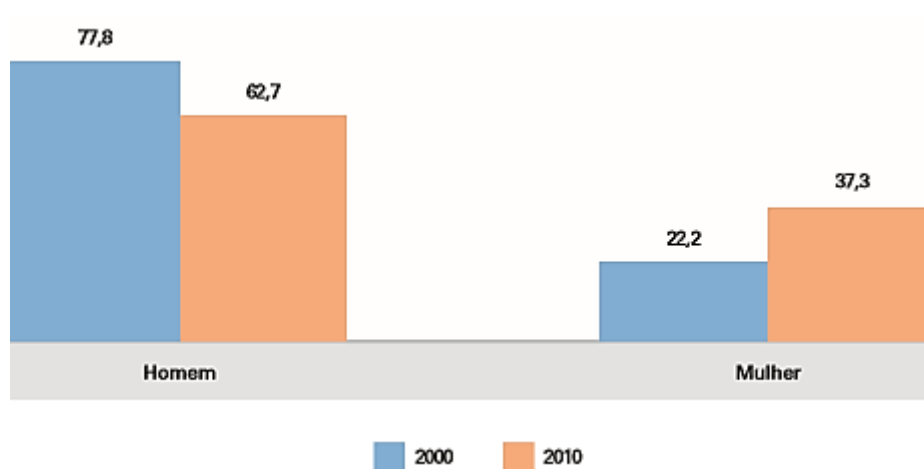
O gráfico 9 demonstra que nas famílias monoparentais é expressivo que a maioria dos filhos conta com 16 anos ou mais de idade, demonstrando que já estão na etapa final

da vida familiar, essas mudanças podem ser caracterizadas por períodos de transição, equilíbrio e adaptação, ou seja, cada ciclo tem necessidades específicas. Porém a expressiva quantidade de todos os filhos menores de 16 anos corrobora com Carvalho (1998), quando ela afirma que as chefias monoparentais femininas costumam apresentar na figura da mulher o único membro adulto do núcleo familiar.

O Censo Demográfico 2010 considerou que o crescimento das famílias monoparentais femininas foi expressivo, ao ser comparado com o Censo Demográfico 2000, e representa uma mudança nos valores sociais e culturais da sociedade brasileira, como o ingresso maciço das mulheres no mercado de trabalho, a redução da fecundidade com o advento e facilidade dos métodos contraceptivos e do crescente número de divórcios (CISNE, 2013). Os gráficos 10 e 11 reforçarão essas informações.

Gráfico 10 – Percentual de famílias únicas e conviventes principais em domicílios particulares, segundo o sexo da pessoa responsável pela família – Brasil – 2000/2010.

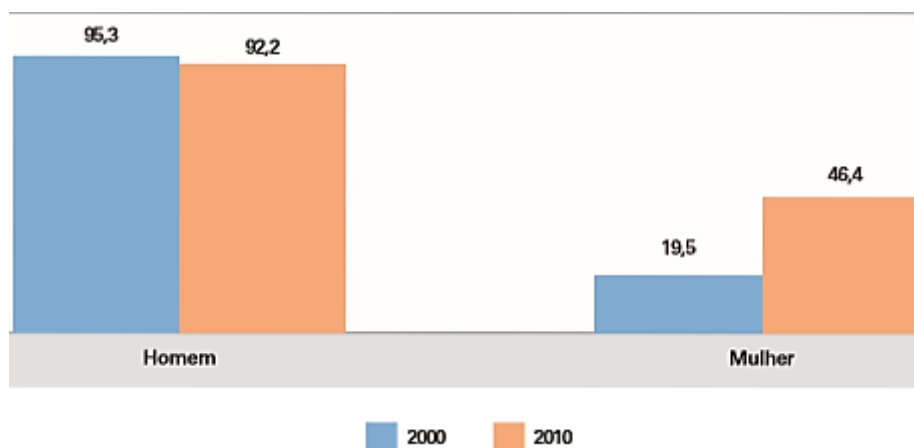
%



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Gráfico 11 – Percentual de famílias únicas e conviventes principais em domicílios particulares com presença de cônjuge, segundo o sexo da pessoa responsável pela família – Brasil – 2000/2010

%



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

O gráfico 11 permite observar que mesmo nos domicílios onde existe a presença de cônjuge, descaracterizando a família monoparental, existiu um notório aumento da presença feminina como responsável do domicílio. O Censo Demográfico 2010 considerou como responsável aquele que os outros membros do núcleo familiar adjetivaram como o sendo, não relatando se essa figura é responsável financeira e/ou responsável pela organização, no que tange os afazeres domésticos do lar.

Esse dado, e todos os outros vistos aqui, demonstram e reafirmam que o papel social da mulher tem se alterado, porém é preciso existir um olhar multifocal, que contemple as diversas peculiaridades que essas mulheres enfrentam, pois assumir a chefia de uma família, enquanto mulher, carregará as condições de gênero e classe, e portanto se faz necessário que existam políticas públicas visando o combate ostensivo à pobreza e a condição de vulnerabilidade, como os números demonstram, nos quais essas mulheres e vossas respectivas famílias estão imergidas (FRASER, 2002).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão acerca das categorias de gênero, patriarcado e família²², levaram a discussão e análise das famílias monoparentais femininas no Brasil, permitindo que nesse trabalho fossem analisados dados já existentes, porém com uma nova perspectiva crítica embasada, principalmente, nos conhecimentos apreendidos na graduação de Serviço Social, e por meio da revisão literária.

O objetivo central foi o de analisar as principais características que norteiam essa configuração familiar, monoparental feminina, e associar aos papéis sociais da mulher, bem como a mulher é vista e colocada perante a sociedade. É conclusivo que esse objetivo foi alcançado, pois tomando-se os dados do Censo Demográfico de 2010 (IBGE), foi possível percorrer pelas características principais que circundam, como um todo, a monoparentalidade feminina no Brasil.

Notou-se, ao analisar a categoria gênero e patriarcado, que os papéis sociais da mulher decorrem de processos enraizados na sociedade, que com a luta do movimento feminista, passam a ser repensados e reposicionados, mesmo que de maneira lenta, no globo. Ao analisar os dados do Censo Demográfico 2010, é evidente que pensar gênero, raça/etnia e classe de forma simplista e errada, não contribui para que se avance em uma transformação societária, pois como destacado na redação desse trabalho, é necessário que se pensem políticas públicas e sociais que abarquem as especificidades de uma família monoparental.

Destaca Mirla Cisne (2013, p. 55)

[...]ressaltando a importância de um feminismo classista para a luta por uma verdadeira igualdade social, o que requer “a construção de um conhecimento verdadeiramente ‘objetivo’ e libertador”, que por sua vez imputa “uma teoria que possa analisar a interdeterminação de classe e as diferenças raciais/étnicas e de gênero”, bem como canalizar esse conhecimento para a luta coletiva pela transformação da sociedade. Assim, Julie Matthaei aponta que estas categorias “não são contas distintas de um ‘rosário’ da identidade de alguém, mas sim

²² Importante ressaltar que está em tramitação nas entidades governamentais responsáveis do Brasil a possível aprovação de um estatuto denominado Estatuto da Família (PL 6583/13). Há o Estatuto da Família e o Estatuto das Famílias. O Estatuto das Famílias é um projeto de lei proposto pelo IBDFAM que tramita no Senado. Esse projeto trata da família plural, fraterna, aberta e que inclui todas as formas de família. A bancada religiosa, especificamente a evangélica, temerosa, propôs um outro projeto de lei, reduzindo o conceito de família apenas para homem e mulher, porém a Suprema Corte do país, além de já ter reconhecido a união homoafetiva, já regulamentou até mesmos casamentos. Se essa lei for aprovada, já vai nascer inconstitucional. (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2015).

processos interdeterminantes”. Deste modo, não se pode pensar em gênero, raça/etnia e classe de forma isolada, como o faz a pós modernidade.

De maneira clara e objetiva, os dados analisados neste trabalho, permitem concluir que há uma associação intrínseca entre a monoparentalidade feminina e situação de vulnerabilidade, como destaca Vitale (2002) e Carvalho (1998), e é confirmado no gráfico 2. Faz-se pertinente concluir que o Estado pode reconstruir a igualdade de gênero, por isso é necessário que reivindique-se a necessidade de proteção social pública dedicada às mulheres, esperando uma atuação do Estado no seguinte aspecto:

Para que a família, especialmente a mulher enquanto “principal responsável” pelos cuidados do grupo familiar, não seja responsabilizada pelas mazelas sofridas, tendo que buscar estratégias de superação por meio da sua rede de sociabilidade e de solidariedade, reforçando a desigualdade de gênero, à medida que aumenta a sobrecarga feminina e reforça os papéis “historicamente” construídos de “cuidadora”. (CASTILHO e CARLOTO, 2011, p.14).

Esses dados permitem também constatar que o aumento das famílias monoparentais femininas se apresentam como uma variável em crescimento, confirmando a hipótese desse trabalho, sendo possível averiguar no gráfico 5. Outra importante análise, é que o número de famílias monoparentais femininas mostra-se em maior evidência na área urbana, em detrimento da área rural, como é notório no gráfico 7.

Outro importante dado revelado é que, nos arranjos analisados nesse trabalho, predomina a existência de filhos com 16 anos ou mais, reforçando que a mulher assume a chefia e também a característica de ser a única adulta do lar, como é evidente no gráfico 9. Portanto essas análises, permitem constatar, como supracitado, que a hipótese deste trabalho acadêmico confirmou-se, bem como o objetivo central foi alcançado.

Por fim, ressalta-se que o presente trabalho acadêmico, permitiu contato aprofundado com o “fazer pesquisa” no que tange a análise documental e levantamento bibliográfico, permitindo aprofundamento com uma realidade vivida de forma empírica, um arranjo familiar chefiado por uma mulher, mas que nunca havia sido analisado de forma analítica e crítica de maneira aprofundada. É o fechamento de um ciclo acadêmico e pessoal, que permitiu crescimento íntimo, e sobretudo profissional, pois como já

elucidado, as famílias perpassam por qualquer área de atuação profissional do Serviço Social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACOSTA, Ana Rojas; VITALE, Maria Amália Faller (org.). *Família Redes, Laços e Políticas Públicas*. 5. ed. – São Paulo: Cortez, 2010.
- ADELMAN, Miriam. *A voz e a escuta: Encontros e desencontros entre a teoria feminista e a sociologia contemporânea*. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas) - Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.
- ÁLVARES, Luciana de Castro. *Famílias monoparentais femininas: um olhar sobre este arranjo familiar na cidade de Uberaba-MG*. 2003. 152 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de História, Direito e Serviço Social, 2003. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/98552>>.
- ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. *O que é feminismo*. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- ARIES, Philippe. *História Social da Criança e da Família*. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1981.
- BARROCO, M. L. *Ética e Sociedade*. Curso de capacitação Ética para agentes multiplicadores. 2 ed. CFESS. 2004
- BEARZOTI, Paulo. *Sexualidade: um conceito psicanalítico freudiano*. Arq. Neuropsiquiatria. São Paulo, v. 52, n. 1, p. 113-117, Mar. 1994 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0004282X1994000100024&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 20 out. 2015.
- BERQUÓ, E. *A família no século XXI: Um enfoque demográfico*. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, 1989.
- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado, 1988.
- _____. Lei n. 3.071, de 1º de janeiro de 1916. Código Civil. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/leis/L3071.htm>>.

- _____. Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Código Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm>
- BRUSCHINI, C. Mulher, casa e família. São Paulo: Editora Revistas dos Tribunais, 1990.
- _____. BARROSO, C. Sofridas e mal pagas. Cad. Pesquisa, São Paulo, Fundação Carlos Chagas, n. 37, 1981.
- BUTTO, A. Gênero, família e trabalho. In: Mulher e política. São Paulo: Editoria Fundação Perseu Abramo, 1998.
- CARLOTO, CÁSSIA MARIA. O conceito de gênero e sua importância para a análise das relações sociais. *Serviço Social em Revista*, Londrina, v. 3, n. 2, p. 201-213, 2001.
- _____. As mulheres nos programas de transferência de renda. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO 7. Florianópolis, 2007. (ST 15: Políticas públicas y movimientos de mujeres en el cono sur desde la perspectiva de género).
- _____. Anais II Simpósio Gênero e Políticas Públicas. Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2011.
- CARVALHO, L. Famílias chefiadas por mulheres: relevância para uma política social dirigida. In: Serviço Social e Sociedade, São Paulo, Cortez, n. 57, jul. 1998.
- CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. (Org.) A família Contemporânea em Debate. 6. ed. São Paulo: EDUC/Cortez, 2011.
- CASTILHO, Cleide de Fátima Viana. CARLOTO, Cássia Maria. O familismo na política de Assistência Social: um reforço à desigualdade de gênero? In: Simpósio sobre Estudos de Gênero e Políticas Públicas. Universidade Estadual de Londrina, 2011.
- CISNE, Mirla. Feminismo, Luta de Classes e Consciência Militante Feminista no Brasil. Tese de doutorado em Serviço Social defendida na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Rio de Janeiro: UERJ, 2013.
- COSTA, A.O.; BRUSCHINI, C. (Orgs.) *Uma Questão de gênero*. São Paulo, Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

- COTRIM, Gilberto. Fundamentos da filosofia: história e grandes temas. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.
- DEMO, P., 1985. Metodologia científica em ciências sociais. São Paulo, Atlas.
- ENGELS Friedrich. A origem da família, da propriedade privada e do estado: trabalho relacionado com as investigações de L. H. Morgan. Tradução de Leandro Konder. 10.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. (Perspectivas do homem, v. 99).
- FRANCELIN, Marivalde Moacir. Ciência, senso comum e revoluções científicas: ressonâncias e paradoxos. Brasília, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010019652004000300004&lng=en&nrm=iso>. Acesso: 20, out. 2015.
- FRASER, Nancy. Políticas feministas na era do reconhecimento: uma abordagem bidimensional da justiça de gênero. In: BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra. (Orgs.). Gênero, democracia e sociedade brasileira. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, Editora 34, 2002.
- FUNDAÇÃO SEADE. Projeto de Avaliação do ANUESP: Sumário Executivo. São Paulo, 1994. Mimeografado.
- GARCIA, Renísia Cristina. Identidade fragmentada: um estudo sobre a história do negro na educação brasileira: 1993-2005 / Renísia Cristina Garcia. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007.
- GERMANO, MG. Uma nova ciência para um novo senso comum [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2011. 400 p. Disponível em: Scielo Books.
- HARAWAY, Donna. Gênero para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. **Cad. Pagu**, Campinas. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010483332004000100009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 07 Mar. 2016.
- KERGOAT, D. e HIRATA, H. A classe operária tem dois sexos. In: Revista Estudos feministas v.2 n.3. Florianópolis: UFSC, 2007.

- HOOKS, Bell. Intelectuais Negras. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 464, jan. 1995. ISSN 0104-026X. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16465/15035>>. Acesso em: 09 mar. 2016.
- IBGE. (1990), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1990.
- _____. (2000), Censo Demográfico, 2000.
- _____. (2010), Censo Demográfico, 2010.
- JESUS, Jaqueline Gomes de. Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos. Escritório de Direitos Autorais da Fundação Biblioteca Nacional – EDA/FBN. Brasília, 2012.
- SCOTT, Joan. Gênero uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade, Porto Alegre, v.16, n.2, jul./dez 1990.
- LAMPREIA, Luiz Felipe. Relatório brasileiro sobre desenvolvimento social. São Paulo. 1995. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340141995000200003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 Mar. 2016.
- LAVINAS, L. Gênero, cidadania e políticas urbanas. In: Globalização, fragmentação e reforma urbana. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- _____. As mulheres no universo da pobreza: o caso brasileiro. In: Revista Estudos Feministas, Rio de Janeiro, IFCS/UFRJ, v. 4, n. 2, 1996.
- LEITE, Eduardo de Oliveira. Famílias monoparentais: a situação jurídica de pais e mães solteiros, de pais mães separados e dos filhos na ruptura da vida conjugal. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1997.
- MARX, Karl. Contribuição à crítica da economia política. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- MINAYO, Maria. C. S. (Org.). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. 29 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

- MIOTO, R. C. T. Família e Serviço Social: contribuições para o debate. In: Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez Editora, ano XVIII, n. 55, nov. / fev.1997.

- _____. A centralidade da família na Política de Assistência Social: contribuições para o debate. In: Revista de Política Pública. São Luis: EDUFMA, v. 8, n. 1, jan. / jun. 2004.

- NETTO, J. P. Transformações societárias e Serviço Social. Notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. Serviço Social & Sociedade. São Paulo: Cortez, 1996. n. 50.

- _____. A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea. In: Capacitação em Serviço Social e política social: Módulo 1: Crise contemporânea, questão social e Serviço Social. Brasília: CEAD, 1999.

- _____. Transformações Societárias. Revista Serviço Social e Sociedade, nº. 50, São Paulo, Editora Cortez, 1996.

- SAFFIOTI, Heleieth I. B. A Mulher na Sociedade de Classes: Mito e Realidade. Coleção Sociologia Brasileira, vol. 4. Petrópolis: Vozes, 1979.

- _____. O Poder do Macho. Coleção Polêmica, São Paulo: Editora Moderna, 1984.

- _____. & ALMEIDA, Suely S. Violência de Gênero: poder e impotência. Rio de Janeiro: Revinter, 1992.

- _____. Gênero, Patriarcado, Violência. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2004.

- SANCHES, S. As condições sociais básicas das famílias chefiadas por mulheres. In: Mulher e trabalho. Publicação Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre. 2001.

- SARTI, Cynthia. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 35-50, 2004.

- SIMIONATTO, Ivete; COSTA, Carolina Rodrigues. Estado e políticas sociais: a hegemonia burguesa e as formas contemporâneas de dominação. **Rev. katálysis**, Florianópolis, v. 17, n. 1, p. 68-76, jun. 2014. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141449802014000100007&lng=pt&nrm=iso>.
- SWAIN, Tânia Navarro. Feminismo e recortes do tempo presente – mulheres em revistas “femininas”. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, 2001.
- TERUYA, Marisa Tayra. A família na historiografia brasileira, bases e perspectivas de análise. In: XII ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS. Anais. Belo Horizonte: ABEP, 2000.
- THIOLLENT, Michel. Maio de 1968 em Paris: testemunho de um estudante. **Tempo soc.**, São Paulo. 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010320701998000200006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 Mar. 2016.
- TUMOLO, Paulo Sergio. O trabalho na forma social do capital e o trabalho como princípio educativo: uma articulação possível? **Educ. Soc.**, Campinas. 2005 Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010173302005000100011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 08 Mar. 2016.
- VIANA, Nildo. Capital, Espaço e Desigualdade. Boletim Goiano de Geografia. Vol. 20, nº 1/2 jan./dez., 2000.
- VITALE, M. A. F. Famílias Monoparentais: indagações. In: Revista Serviço Social e Sociedade: Família. Ano XXIII, nº71. São Paulo, Cortez, 2002.
- ZIRBEL, Ilze. Estudos feministas e estudos de gênero no Brasil: um debate. Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 2007.